



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CARLOS FRATERNO AFONSO DE MORAIS

**TERRA DE DOCE E CACHAÇA: os engenhos de açúcar e o mercado interno através
da cartografia digital, capitanias de Minas Gerais e São Paulo (1695-1808)**

**FRANCA
2025**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TERRA DE DOCE E CACHAÇA: os engenhos de açúcar e o mercado interno através
da cartografia digital, capitanias de Minas Gerais e São Paulo (1695-1808)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura Social

Orientadora: Profa. Dra. Denise Aparecida Soares de Moura

CARLOS FRATERNO AFONSO DE MORAIS

**FRANCA
2025**

M827t

Morais, Carlos Fraterno Afonso de

Terra de doce e cachaça: os engenhos de açúcar e o mercado interno através da cartografia digital, capitanias de Minas Gerais e São Paulo (1695-1808) / Carlos Fraterno Afonso de Moraes. -- Franca, 2025

80 p. : tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Denise Aparecida Soares de Moura

1. História do Brasil. 2. História Agrária Colonial. 3. Século XVIII.
4. Comércio Colonial. 5. Cartografia Temática. I. Título.

CARLOS FRATERO AFONSO DE MORAIS

TERRA DE DOCE E CACHAÇA:

os engenhos de açúcar e o mercado interno através da cartografia digital, capitanias de Minas Gerais e São Paulo (1695-1808)

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Nome da Faculdade de ciências humanas e sociais, Franca, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura Social

Data da defesa: 08/05/2025

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Denise Aparecida Soares de Moura
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca

Prof. Dr. Tiago Luís Gil
UnB – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Pablo Oller Mont Serrath
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Assis

“Decepar a cana

Recolher a garapa da cana

Roubar da cana a doçura do mel

Se lambuzar de mel”

(Milton Nascimento e Chico Buarque, *O cio da Terra*)

Agradecimentos

Agradeço à orientadora Denise Moura, pela supervisão, valiosas intervenções e sugestões precisas em momentos chave da minha trajetória. Mas também pela compreensão com os sucessivos atrasos no cronograma.

Agradeço ao professor Tiago Gil pela participação nas bancas e seus comentários, mas em especial à sugestão de participar do EIHC 2023 onde recebi sugestões essenciais para a continuidade da pesquisa em especial do professor Luciano Figueiredo, que recomendou a visita ao acervo que mais gerou resultados.

Agradeço ao professor Pablo Mont-Serrath pela leitura atenta e boas recomendações nas bancas de qualificação e defesa.

Deixo um agradecimento também aos colegas Paulo, Myllena e Maria Fernanda com os quais dividi discussões historiográficas, disciplinas, caronas e risadas.

Finalmente, agradeço à minha família, meus avós e ao Marcos, grandes incentivadores dos meus estudos. À minha mãe pelo apoio desde sempre em tudo que precisei e também pela ajuda na revisão do texto. À minha noiva, Luene, pelo companheirismo, suporte emocional e sugestões precisas. E ao meu pai pelas discussões que desde cedo inspiraram meu pensamento crítico e autonomia.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Resumo

Essa dissertação tem o objetivo de discutir o mercado interno no centro-sul com enfoque na produção e comércio de subprodutos da cana-de-açúcar, no período entre o início da mineração e a ruptura dos laços coloniais. Nas capitanias de São Paulo e Minas Gerais ocorreram dois processos distintos da criação e expansão dos engenhos de açúcar. Enquanto em Minas Gerais os engenhos estavam às margens da legalidade e produziam principalmente para o comércio local, em São Paulo a partir de sua restauração em 1748 se teve um incentivo que partiu dos governadores para essa produção com intuito de exportação. Apesar disso, as duas capitanias tiveram um próspero comércio interno com os subprodutos da cana. O uso dos mapas temáticos desenvolvidos a partir de fontes históricas permitiu uma análise de elementos espaciais. Com eles foi possível identificar uma grande distribuição dos engenhos na capitania mineira e uma relação direta entre os caminhos pelos quais eram transportadas as mercadorias e as regiões produtoras. A observação das diferentes quantias produzidas relatadas nas documentações também propiciou a percepção de uma ampla escala de produção. E mesmo com uma predominância do escravismo na produção desses engenhos, também houve engenhos sob a propriedade de agricultores familiares.

Palavras-Chave: Século XVIII; Comércio Colonial; Aguardente; Cartografia Temática

Land of Sweets and Stills: the sugar mills and the internal trade through digital cartography, captaincies of Minas Gerais and São Paulo (1695-1808)

Abstract

This dissertation aims to discuss the domestic market in the centre-south region, focusing on the production and trade of sugarcane byproducts during the period between the beginning of mining and the rupture of colonial ties. In the captaincies of São Paulo and Minas Gerais, two distinct processes of creation and expansion of sugar mills occurred. While in Minas Gerais the mills were outside the legal framework and produced mainly for local trade, in São Paulo, after their restoration in 1748, this production was encouraged by policies for export purposes. Despite this, both captaincies had a prosperous domestic trade in sugarcane byproducts. The use of thematic maps developed from historical sources allowed an analysis of spatial elements. With them, it was possible to identify a large distribution of mills in the captaincy of Minas Gerais and a direct relationship between the routes by which the goods were transported and the producing regions. The observation of the different amounts produced reported in the documentation also provided an insight into a broad scale of production. And even with a predominance of slavery in the production of these mills, there were also mills owned by family farmers.

Key Words: 18th Century; Colonial Trade; Sugarcane Spirit; Thematic Cartography

Sumário:

1. Lista de Figuras	9
2. Introdução	10
3. Capítulo 1	13
4. Capítulo 2	35
5. Capítulo 3	50
6. Considerações Finais	65
7. Bibliografia	67
8. Anexos	72

Lista de Figuras

1. Mapa de Calor (1746-1801) relativo aos requerimentos de engenhos na Capitania de Minas Gerais -----	21
2. Mapa dos engenhos pagantes do subsídio literário da Freguesia da Cidade de Vila Rica -----	25
3. Mapa dos engenhos pagantes do subsídio literário dos termos das vilas de Sabará e Curral del Rey. -----	27
4. Mapa dos engenhos pagantes do subsídio literário do termo da vila de Mariana. -----	29
5. Mapa dos engenhos pagantes do subsídio literário da Freguesia da vila de Caeté ----	31
6. Mapa dos engenhos pagantes do subsídio literário da Freguesia da vila de Piedade do Pitangui -----	34
7. A passagem do caminho velho pela serra da Mantiqueira Séc. XVIII -----	45
8. Caminhos do Mapa de Rocha – 1778 -----	47
9. Caminhos do Mapa topográfico- s.d. -----	48
10. Mapa das localidades interessadas no comércio mineiro 1775-1776 -----	53
11. Mapa da exportação de marmeladas via Santos (1810-1821) -----	62
12. Gráfico da quantia de Marmeladas exportadas pelo porto de Santos, 1810-1821(exceto 1813) -----	63
13. José Joaquim da Rocha. Mapa da Capitania de Minas Geraes -----	77
14. Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes -----	78
15. Mapa das vilas paulistas produtoras de açúcar por região. -----	79

Introdução

O presente trabalho se inicia a partir de uma historiografia do mercado interno no centro-sul e pretende analisar o espaço da cana-de-açúcar no tradicionalmente denominado “ciclo do ouro”. Com elementos de análise importados da geo-história e com a elaboração de mapas temáticos, a metodologia desse trabalho pretende observar fenômenos geograficamente demarcados vinculados ao mercado interno da cana-de-açúcar. Similarmente ao que foi apresentado por Gil em *O império marítimo baiano*,¹ foram retirados de fontes históricas informações para a elaboração de mapas. A delimitação espacial é voltada às capitanias de Minas Gerais e São Paulo. O recorte temporal é de 1695, ano que marca o início efetivo da mineração, mas especialmente a partir de 1750 quando se tem o último auge minerador antes do ouro entrar em declínio e finaliza em 1822 com o fim da dependência política a Portugal.

Na capitania de Minas Gerais, os engenhos provavelmente se desenvolveram no intuito de suprir a aguardente demandada na mineração, consumida principalmente pelos escravizados cuja faina era destinada a faiscar ouro durante e após o árduo trabalho. Por outro lado, havia também uma demanda crescente de açúcar por parte das classes superiores e os engenhos mineiros substituíram muitas vezes o açúcar anteriormente importado, principalmente vindo da capitania do Rio de Janeiro. Embora os engenhos fossem proibidos nas zonas de mineração desde 1714 e, posteriormente em toda a capitania de Minas Gerais, foi inefetiva pois não limitou o desenvolvimento de uma considerável produção de subprodutos da cana-de-açúcar.

No início do século XIX, contrariando o desenvolvimento de uma cultura da cana-de-açúcar para o consumo majoritariamente regional, houve também um desenvolvimento de uma produção de doces, com destaque para a marmelada. Esses doces eram consumidos na região e exportados. No caso da marmelada, era embalada em caixotes de madeira e enviadas para os portos da América portuguesa e do Prata através do porto de Santos, revelando uma integração comercial das capitanias de São Paulo e Minas Gerais.

Na capitania de São Paulo, os engenhos se expandiram e fortaleceram o comércio, principalmente em relação às exportações. Até a década de 1770, São Paulo tinha sua economia baseada no comércio de animais e na agricultura de subsistência, mas o açúcar passa a deslocar o eixo econômico paulista da pecuária para a agricultura de exportação. Ao mesmo tempo, consolidou-se um mercado interno para derivados, como: aguardente, rapadura e açúcar. Assim,

¹ Tiago Gil, *O Império Marítimo Baiano* em *O Retorno dos Mapas*, 2016, organizado por Valencia Villa e Gil

apesar de se desenvolver um comércio majoritariamente exportador, a capitania também supria o próprio mercado o que representava um segmento relevante da economia local.

O capítulo 1 apresenta uma análise sobre a produção do açúcar desenvolvida na capitania de Minas Gerais. Discute inicialmente a ilegalidade do açúcar e como esta influenciou a relação dos mineiros com os engenhos. Em relação à legalidade, são analisados os requerimentos para construção de engenhos. Esses requerimentos puderam ser feitos a partir da mudança legal em 1743 e permaneceram frequentes até os primeiros anos do século XIX. Os engenhos requeridos estariam em propriedades localizadas desde os locais mais distantes aos mais próximos dos centros urbanos. No que diz respeito à produção, também foi mapeado a quantia de aguardente relatada para a captação do subsídio literário. Esse imposto era cobrado sobre a carne e a aguardente através de sua documentação, o que tornava possível localizar os engenhos que a produziam. Esses mapas, centralizados nas comarcas de Vila Rica e Sabará apresentaram as mudanças nas produções declaradas nas últimas décadas do XVIII e primeiras do XIX.

No capítulo 2 o comércio interno mineiro se torna o foco da análise. Para isso, os diferentes agentes do comércio são observados. Com foco específico nos comerciantes de subprodutos da cana-de-açúcar, analisam-se as modalidades desse comércio. Seguindo a divisão em atores fixos e volantes. A documentação apresenta diferentes formas com as quais a cana-de-açúcar participava do mercado urbano e rural e como era consumida. No intuito de se conhecer melhor os caminhos entre os comércios e as fronteiras das capitanias são desenvolvidos mapas através da análise de fontes cartográficas. Observa-se uma variação relevante em relação as diferentes rotas do comércio entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais e, maior semelhança, em relação à rota ao Rio de Janeiro.

No capítulo 3 é apresentado o recomeço da estruturação dos engenhos na capitania de São Paulo. No contexto da restauração e dos governos que partem de Morgado de Mateus, iniciado em 1765, pode ser observada uma nova elaboração da produção açucareira na capitania. Nesse sentido, busca-se compreender a dimensão do comércio interno dos subprodutos do açúcar na capitania. Para a discussão dessa dinâmica, foi elaborado um mapa que demonstrou as vilas que tentaram estabelecer um comércio de abastecimento de aguardente para a capitania mineira. Já no comércio externo, a exportação estabelecida pelo porto de Santos, mostrou um comércio de exportação voltado a diferentes mercados na América portuguesa e no rio Prata. Em Santos, era comercializado também um produto que se destaca

no modo que as capitanias de Minas Gerais e São Paulo se articularam comercialmente: a marmelada. Os caixotes de marmelada mineira, doces feitos com o uso do açúcar, foram observados em seu volume de exportação.

Capítulo 1: Os engenhos e a produção dos subprodutos da cana na capitania de Minas Gerais (1695-1822)

Neste capítulo analisaremos as Minas Gerais dos engenhos, observaremos como essa estrutura produtiva se desenvolveu ao longo do século XVIII e discutiremos os motivos que levaram a esse desenvolvimento. Diferentemente do restante da América portuguesa onde a conjuntura da exploração da cana-de-açúcar no século XVIII foi principalmente baseada no valor da caixa açúcar no mercado europeu, em Minas Gerais os engenhos se desenvolveram ao redor de uma estrutura de produção de alimentos para a crescente população na região, atraída pela mineração. A agropecuária mineira, como fora demonstrado por Carlos Magno Guimarães e Liana Reis foi a que realmente sustentou a atividade mineradora em Minas Gerais, o que revela a importância e dimensão da agricultura voltada para o abastecimento da capitania efetivada na região.²

Tão logo se iniciou a mineração e o desenvolvimento de espaços urbanos no interior do território da colônia se seguiu a montagem dos engenhos de cana-de-açúcar. Construídos nas roças, fizeram parte do cenário rural da região que ainda viria a se tornar a Capitania de Minas Gerais. Foi ainda em 1711 que buscando financiar a construção da igreja Matriz da vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (posteriormente Mariana) se pede para fazer o recolhimento de impostos dos barris de aguardente e melado produzidos no local.³ A região de Ribeirão do Carmo era parte da principal região de extração aurífera e justamente onde se tem esse que é dos primeiros registros da presença de engenhos no que seria a capitania de Minas Gerais.

No entanto, os interesses da coroa diferiam dos produtores e a proibição dos engenhos não tardou. No ano de 1715 passou-se a impedir o estabelecimento de engenhos nas regiões de mineração.⁴ Essa proibição veio em resposta a um movimento observado por Godoy, no qual os colonos das regiões mineradoras que estabeleceram suas lavouras ao perceberem a fragilidade do abastecimento por tropas e os resultantes altos preços dos alimentos.⁵ A cana-de-açúcar apesar de não ser um alimento de primeira necessidade fez parte dessa incipiente produção. A lavoura canavieira certamente ocasionou um temor às autoridades pois não

² Carlos Magno Guimarães e Liana Reis, *Agricultura e Escravidão em Minas Gerais*, 1986

³ AHU, Minas Gerais, Cx. 1/Doc. 49

⁴ AHU, São Paulo Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 2/ Doc. 117

⁵ Marcelo Godoy, *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*, 2019, p. 77

desejariam uma replicação do modelo das capitanias da Bahia e Pernambuco que possuía sua rentabilidade através do mercado de exportação e do uso de mão-de-obra escravizada extensiva. Uma produção a esses modos certamente atrapalharia a eficiência da mais lucrativa extração de minerais preciosos e o possível comprometimento da mineração foi a justificativa para essa proibição.

Com a criação da Capitania de Minas Gerais, a proibição se foi mantida e, após um parecer da ineficiência relacionada a sua regionalização em 1734, a lei da proibição foi ampliada para toda a capitania. O Governo defendia que os engenhos desviavam a mão-de-obra da mineração e que o consumo da aguardente pelos negros poderia gerar revoltas ou causar-lhes males. Os governadores de Minas Gerais, no entanto, sempre relataram a ineficiência da legislação ou de gestões anteriores e a proliferação dos engenhos na Capitania.⁶

A partir de um parecer de 1736 do governador Gomes Freire de Andrade é sabido que, em 1719, o governador Brás Baltasar da Silveira relatou a incapacidade de se impedir a propagação dos engenhos nas Minas de Ouro. É possível que naquele ano já existissem cerca de 200 engenhos na comarca e que os barris de aguardente eram vendidos por um alto valor.⁷ Esse número é maior do que o que se tinha no Recôncavo da Bahia no mesmo período e pode parecer um exagero do governador.⁸ No entanto, a diferença nessas estruturas de produção dessas duas regiões justifica a rapidez do crescimento de unidades produtivas nas Minas. No mesmo parecer Gomes Freire de Andrade concorda com o problema dos engenhos em Minas pois vê que a venda da aguardente da terra arruína o comércio de aguardente do reino e do vinho e faz mal aos negros. Sugere então que a produção seja desfeita através de incentivos para que se produzissem mantimentos como o milho em seu lugar, para que assim não fosse a ruína dos lavradores.⁹

Os autores Guimarães e Reis concordam com os pareceres dos governadores ao demonstrar que apesar da intencionalidade da coroa de ter um foco na exploração mineral em Minas Gerais e, de certo modo, impedir que outras possam competir a mão de obra com essa extração, as atividades agropastoris se desenvolvem na região ainda na primeira metade do XVIII. Ademais, segundo os autores, nas cartas do biênio de 1739/1740 é demonstrado que 18,4% das propriedades estão envolvidas com a atividade pecuária enquanto 20% teriam

⁶ AHU, Minas Gerais, Cx. 27/Doc. 58; Cx. 28/Doc. 35

⁷ AHU, Minas Gerais, Cx. 31/Doc. 96

⁸ O número de engenhos no recôncavo foi estimado em 1711 por Antonil em 146 e posteriormente no ano de 1759 foi estimado por João Caldas em 172. O crescimento numérico e as mudanças relacionadas às regiões produtivas dos engenhos no recôncavo baiano podem ser observados em Moraes, *O mapa dos engenhos*, 2022

⁹ AHU, Minas Gerais, Cx. 31/Doc. 96

engenhos de cana.¹⁰ Esses dados, além de demonstrar contra a tese da pobreza agrária mineira no período, também revelam o desenvolvimento de uma cultura açucareira em meio a uma proibição.

Em 1743 a legislação passou a legalizar a construção de engenhos por meio da posse de uma permissão cedida pelo Rei aos produtores. Também passou a permitir que os engenhos existentes continuassem em funcionamento, mas qualquer tipo de alteração, como manutenções, exigiria uma permissão similar. Engenhos novos construídos sem permissão seriam desmontados e como punição o proprietário perderia os escravizados que trabalharam na sua construção.¹¹ Flávio Silva, entende que essa legislação era principalmente intencionada a impedir a proliferação da aguardente, visto o problema de seu consumo ser mencionado no texto da carta.¹² Essa ideia é corroborada pelos pedidos feitos para ter a permissão de construir um engenho que muitas vezes afirmavam que não produziram a aguardente. Foram, no entanto, também comuns requerimentos em que se afirmava não haver produtores de aguardente na região como motivação para a construção dos engenhos.

Já em 1770, o governador Conde de Valadares, na intencionalidade de utilizar taxações para coibir a produção de aguardente, pediu ao Conde de Oeiras para que avaliasse uma mudança para a legislação. Para ele, apesar da proibição, aumentava-se o número de engenhos. O governador propôs que os proprietários pagassem uma taxa ao Real Subsídio no valor de 20 mil réis para engenhos pequenos e 30 mil para os grandes, assim como as comarcas cobrassem de quem vendia a aguardente. Dessa forma se evitaria uma proliferação dos engenhos, não causaria grande malefício aos agricultores e se teria uma arrecadação para a Real Fazenda.¹³ Essa proposta não foi acatada, mas surge um imposto no intuito de financiar a educação que passa a ser cobrado em 1774.¹⁴ O subsídio literário é instituído e passa a ser cobrado sobre as carnes e os barris de aguardente produzidos.

Sobre o açúcar durante o século XVIII é interessante considerar que havia passado por um período econômico de grande concorrência e teve preços pouco atrativos nos mercados da América portuguesa desde 1720.¹⁵ Na década de 1770 voltava a recuperar o preço vantajoso após a longa recessão retomando a posição economicamente atrativa. O aumento do preço do açúcar no mercado europeu foi devido a períodos politicamente turbulentos no Atlântico Norte

¹⁰ Guimarães e Reis, *Agricultura e caminhos de Minas*, 1987

¹¹ AHU, Avulsos, Cx. 8, Doc 782

¹² Flávio Silva, *Subsistência e Poder*, 2008, p. 214

¹³ AHU, Minas Gerais, Cx. 99/Doc. 33

¹⁴ APM, Casa dos Contos, Cx. 111/Doc. 20664

¹⁵ Ferlini, *Terra, Trabalho e Poder*, 1984

que diminuiriam a competitividade.¹⁶ O subsídio literário foi, dessa maneira, inserido num contexto em que a produção do açúcar para a exportação retornara a ser uma atividade lucrativa e da mesma forma diminuiria a intenção de venda para o mercado interno por parte dos engenhos da costa.

Já em 1777 mencionando a legislação iniciada em 1743, o governador da capitania relatou que estava executando a demolição dos engenhos construídos sem prévia autorização. No entanto, se limitou apenas aos que foram construídos no período de seu governo. Segundo ele, com a demolição de engenhos anteriores “se cauzaria hum gravissimo prejuizo aos Moradores desta Capitania e huma consideravel diminuição aos subsidios [voluntario] e literário”.¹⁷

Essas mudanças constantes de postura frente aos engenhos mostram que a política relativa à produção dos derivados da cana-de-açúcar na Capitania de Minas Gerais dependia de relações tênues entre desejos de parte da população e a ânsia pelo controle da extração mineral por parte da coroa. Segundo Flávio Silva:

A multiplicação dos engenhos e o aumento da produção de aguardente no território mineiro são aqui entendidos também como resultado de uma política de abastecimento empreendida pela Coroa e seus representantes na Capitania com objetivo de garantir a quietação e o sossego dos povos.¹⁸

Sendo assim, a constante atividade dos engenhos durante o século e a mudança de postura de punição para taxação demonstram que o desejo da população pelo doce e pela aguardente não pôde ser impedido pela regulamentação.

Nesse contexto, os engenhos que foram construídos na capitania de Minas Gerais tinham sua forma essencialmente diferente dos de outras regiões. Isso se dava em relação tanto a sua dimensão, capacidade produtiva, produto principal e até mesmo o título dado ao seu proprietário.

Os engenhos tinham proporções muito variadas, mas eram de modo geral menores, em relação aos engenhos do Nordeste e mesmo aos engenhos das outras capitanias do centro-sul¹⁹.

¹⁶ Schwartz, *Segredos Internos*, 1988

¹⁷ AHU Minas Gerais, Cx. 111\Doc. 1

¹⁸ Silva, op. cit., p. 217

¹⁹ Sobre os engenhos em São Paulo no início do século XIX, Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo*, 1968, comenta que a pequena propriedade não era comumente produtora de cana, encontra um tamanho médio de 100.000 a 2.000.000 de braças quadradas como mais frequentemente utilizado para a produção açucareira, como local exemplar Itu possuía a menor fazenda com 22.500 braças quadradas e sete escravos e a maior com 31.162.500 com dezoito escravos. Entre os fatores que favoreciam maiores propriedades para a produção do açúcar se destaca a grande porcentagem de área improdutiva, um engenho de porte precisava de grandes áreas

Raramente sendo movidos a rodas d'água.²⁰ E apesar de terem sido operados principalmente por escravizados, existiam também engenhos de produção familiar. Na fonte: “Relação dos engenhos de cana que há neste distrito”²¹ são citados alguns que eram operados pelos filhos do proprietário. Carla Almeida observa o fenômeno do maior crescimento da população livre em relação à população escravizada no período entre 1767 e 1821, a autora encontra uma redução da porcentagem de escravizados na capitania no período de 60,7% para 35,4% e relaciona esses números com a mão-de-obra familiar empregada em grande quantidade de unidades produtivas.²² Essa avaliação é especialmente relevante por estarem registrados na documentação engenhos que utilizavam esse tipo de mão-de-obra, um reflexo da diferença do modo e motivos de funcionamento dos engenhos e da demografia da capitania.

Sobre sua produção, os engenhos mineiros certamente voltavam-se em quase totalidade à rapadura e ao melado. A aguardente era destilada em uma boa parte dos engenhos. Entretanto, são comuns os relatos de engenhos que não fabricavam aguardente nos documentos do subsídio, tendo excedido os produtores na vila de Sabará. Ademais, a sua destilação exigia equipamentos extras como o alambique, além de barris e garrafas, custos adicionais relevantes para aqueles que possuíam apenas pequenos engenhos para o feitiço alguma rapadura e melado. A pesquisa de inventários feita por Valquíria Silva demonstra que o alambique era um dos bens mais preciosos dos proprietários de engenhos na capitania de Minas Gerais, ficando atrás apenas de boas casas e da escravaria.²³ Portanto era necessário que o proprietário do alambique possuísse uma renda maior que aqueles que obtinham apenas melado e rapadura com a cana. O açúcar era quase sempre produzido em fazendas com maiores terras e engenhos de maior dimensão, tanto por demandar mais mão de obra como ser mais voltado ao mercado externo, ainda que fosse também consumido na capitania de Minas Gerais. Sobre isso, Godoy observando a pesquisa de Costa Filho, comenta que as fazendas com engenhos de modo geral não possuíam o equipamento para a produção do açúcar e que nesses casos o engenho seria dedicado à produção do melado e da rapadura, para o açúcar era necessário possuir o tendal e as fôrmas para o processo da purga.²⁴

de mata no intuito de utilizar das lenhas para a fornalha, terras para a pastagem dos animais e teria também terras.

²⁰ Flávio Silva, op. cit.

²¹ APM, casa dos contos, Cx. 98/Doc. 20440

²² Carla Almeida, *Ricos e pobres em Minas Gerais*, 2010, p. 51

²³ Valquíria Silva, *De cabeça de porco à bebida de negro*, 2015, p. 127

²⁴ Godoy, op. cit., 2019

Em uma análise de inventários de produtores dedicados ao mercado interno, Flávio Silva encontra referências da produção de açúcar em 11 produtores e aguardente em 6 dentre os 34 analisados.²⁵ Nesse caso se tem maior destaque para a produção de açúcar em relação à aguardente, o que pode demonstrar um possível menor interesse pela aguardente na região da Vila de Sabará. Entretanto, o dado mais interessante é o fato de que nesses inventários cerca de um terço dos proprietários de terra dedicados à agricultura mercantil possuíam um engenho. Esse valor é bastante elevado e deve ser levado em consideração que ainda não havia forma de se construir engenhos legalmente.

Saint-Hilaire observou outras diferenças que marcavam os engenhos de Minas Gerais em relação aos do Rio de Janeiro, a cana-de-açúcar se desenvolvia mais devagar, as estruturas eram mais simples, pois segundo ele os cilindros dos moinhos de açúcar de Minas eram mais comumente feitos com a madeira de peroba, enquanto no Rio de Janeiro eram de ferro presos com pregos o cronista também deu destaque à produção de rapadura:

O engenho de padre Anastácio estava em plena atividade, enquanto na mesma época os do Rio de Janeiro já encerraram os trabalhos; isso prova que em regiões elevadas as vegetações são visivelmente mais lentas que na costa. [...] O padre Anastácio, como muitos outros proprietários da província de Minas, não fabricavam o açúcar mascavo, se contentava em produzir o que se é conhecido na região como as rapaduras. São blocos de que possuem cinco ou seis polegadas e que são muito duros, sua cor, sabor e aroma lembram a dos açúcares queimados de nossas refinarias, mas o xarope se sente mais. Para fazer as rapaduras não se adiciona água alcalina na forma, se colocam em formas para não se perder nenhum xarope e de forma que possam ser facilmente removidas após resfriadas.²⁶

O uso da madeira no local do metal para a construção do engenho poderia baratear consideravelmente sua estrutura. Na capitania, o ferro era sobretaxado e tinha o frete muito alto devido ao seu peso, tendo um custo muito mais alto do que no Rio de Janeiro.²⁷ As diferenças de produtividade das culturas e qualidade da estrutura dos engenhos observados pelo cronista, são fatores que também favoreceram a primazia ao mercado interno para esses engenhos.

As fontes e os mapas

As fontes utilizadas variam muito em sua estrutura e se dividem entre os acervos do AHU e do APM, e relatos dos viajantes do início do século XIX para a elaboração do mapa

²⁵ Flávio Silva, op. cit., 2008. - O recorte de Silva se volta apenas aos inventários daqueles que se dedicaram exclusivamente à produção de mantimentos, a documentação total é de 69 documentos para o período de 1730-1741 na Vila de Sabará.

²⁶ Saint-Hilaire, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*, 1830, tradução nossa, v. 1 p. 126

²⁷ Mafalda Zemella, *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*, 1951

foram utilizadas as informações relativas a localidades e seus engenhos à produção de subprodutos da cana-de-açúcar nesses locais, outros elementos da fonte foram notados para a análise em conjunto com os mapas elaborados.

A elaboração dos mapas temáticos que serão apresentados neste capítulo se deu através do software QGIS e o uso de bases de dados sem direitos autorais referentes à geografia física observada. Os mapas também apresentam os dados dos atuais caminhos da “estrada real” disponibilizados pelo instituto estrada real, apesar das mudanças pelo tempo nas rotas da referida estrada, os caminhos permanecem com semelhança suficiente para a o seu uso nesse estudo. As vilas, freguesias, arraiais e paróquias foram adicionados a partir do paralelo entre os municípios e povoações atuais com as fontes e principalmente através da referência no “Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes”²⁸ e de maneira similar na “Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais”²⁹ e quando possível foram utilizadas as localizações de Igrejas e outras construções eclesiásticas que se mantém na localidade desde o período estudado.

O “Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes” sem autoria ou data registrada, pode, no entanto, a partir de seus elementos ser localizado no tempo, e tem grande valor para pesquisas que envolvem a localização de elementos históricos, de acordo com Santos: “Acredita-se que o mapa seja realmente do século XVIII, do início da última década do Setecentos, constituindo portanto uma fonte cartográfica histórica de grande interesse e valor para a reconstrução da geografia histórica da Capitania de Minas Gerais.”³⁰ Dessa maneira o “Mappa” foi escolhido como referência para alguns elementos geográficos apresentados nos mapas temáticos elaborados. A posterior³¹ “Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais” da autoria de Caetano Luiz Miranda, serviu como fonte auxiliar, pois, apesar de suas similaridades com o “Mappa” ela apresenta alguns elementos divergentes e com isso preencheu algumas lacunas da pesquisa dele. Segundo Santos, Cintra e Seabra, a “Carta Geographica” apresenta também algumas correções em relação às limitações do “Mappa” anônimo.³²

Discussão dos mapas

²⁸ Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Gerais. s. a., s/d.

²⁹ Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Caetano Luís de Miranda, 1804.

³⁰ Santos, *Espaço e Representação nas Minas Setecentistas*, 2010, p. 56

³¹ Considerando a datação proposta por Santos (op. cit., 2010) para o “Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes”, última década do século XVIII.

³² Santos, Cintra e Seabra, *A Carta Geographica e o Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes*, 2012, p. 26

O primeiro mapa elaborado tem o intuito de observar as regiões de onde foram enviadas as cartas de pedidos de construção, liberação, mudança e manutenção de engenhos (posteriormente referidas como: requerimentos de engenhos). Essas cartas eram enviadas ao Conselho Ultramarino e finalmente ao Rei para sua avaliação. Essa documentação passou a ser enviada a partir das mudanças instituídas em 1743 quando se passou a permitir os engenhos na capitania de Minas Gerais mediante aprovação do rei. Isso se valia tanto para engenhos a serem erigidos quanto aos que necessitassem de manutenção ou que fossem transferidos a outras fazendas. Nas cartas, os proprietários das terras que pretendiam possuir ou dar continuidade na posse dos engenhos deviam justificar a necessidade da estrutura. Os elementos retóricos estavam presentes, e a aguardente foi muitas vezes elemento centrais nos argumentos. Alguns juraram que não fariam a bebida tão prejudicial, já outros contraditoriamente citavam a necessidade da bebida espirituosa na região e que cumpririam essa necessidade.

De acordo com Flávio Silva, essa legislação estava ligada aos interesses da coroa e dos governos em manter certo controle da proliferação dos engenhos sem que se impedisse de fato aqueles que estivessem de fato interessados em produzir e tivessem os meios de fazê-lo.³³ É, no entanto, provável que, ao exigirem a autorização apenas para novos engenhos, seria possível evitar questões legais, ao alegar que o engenho seria anterior à lei. Sendo assim, é impossível medir a efetividade dessa lei e utilizar os pedidos para dimensionar o crescimento do número de engenhos. Temos, no entanto, uma amostragem desses requerimentos que podem trazer ideias interessantes sobre onde os engenhos seriam mais visados pelas autoridades.

Esse mapa foi elaborado a partir da análise dos requerimentos de engenhos, são 47 cartas no repositório do AHU datadas entre os anos de 1746 e 1801. O mapa foi elaborado a partir da visualização do tipo “mapa de calor” favorecendo a observação dos locais onde haviam sido feitos o maior número de requerimentos e de modo geral como eles estavam espalhados na capitania. A intensidade das manchas verdes representa a concentração dos requerimentos.

³³ Flávio Silva, op. cit., 2008, p. 200

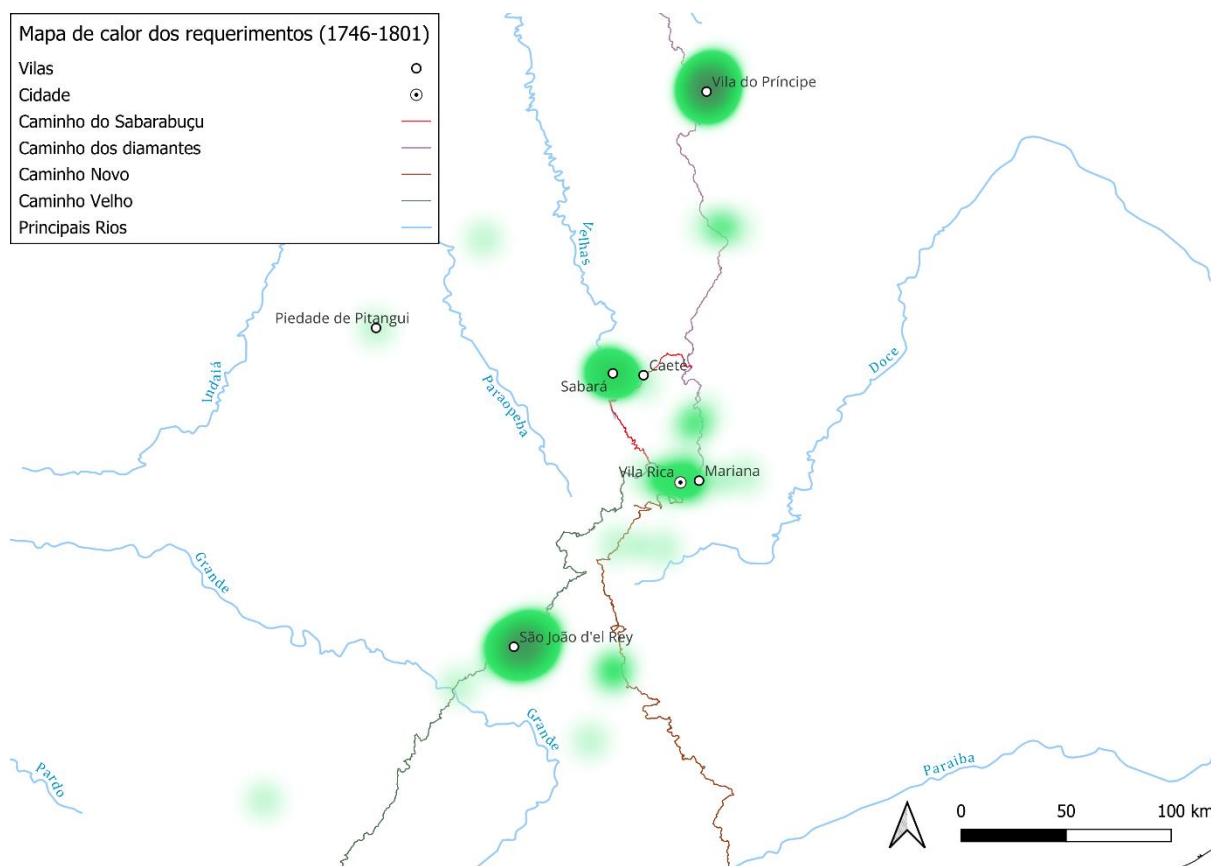


Figura 1: Mapa de Calor (1746-1801) relativo aos requerimentos de engenhos na Capitania de Minas Gerais³⁴

O mapa de calor mostra as regiões em que os pedidos foram concentrados, notavelmente nas proximidades de Vila do Príncipe, São João d'el Rey e Sabará. Essas concentrações se devem, em partes, ao fato de serem as cabeças das comarcas de Serro do Frio, Rio das Mortes e Rio das Velhas, respectivamente. Com isso os documentos que assinalavam apenas a comarca foram agrupados nessas regiões. A falta de precisão em muitos desses documentos pode ter relação com algum receio, por parte dos requerentes, de alguma retaliação caso o pedido não fosse aprovado. Possivelmente, alguns poderiam ter a intenção de seguir com os planos da montagem do engenho mesmo sem a licença. Ademais, esse mapa nos pode revelar que os engenhos, ou, ao menos a intenção de construí-los, estavam distribuídos em toda a capitania. Fato que compete com a discussão da literatura clássica sobre a região que defende uma

³⁴ AHU Minas Gerais: Cx. 49\Doc. 58; Cx. 52\Doc. 78; Cx. 62\Doc. 10; Cx. 65\Doc. 6; Doc. 9; Cx. 66\Doc. 45; Doc. 46; Doc. 64; Cx. 68\Doc. 41; Doc. 72; Doc. 96; Cx. 69\Doc. 25; Cx. 70\Doc. 58; Doc. 61; Cx. 76\Doc. 16; Doc. 40; Cx. 78\Doc. 17; Cx. 79\Doc. 12; Doc. 33; Cx. 80\Doc. 3; Cx. 81\Doc. 87; Cx. 84\Doc. 1; Cx. 85\Doc. 51; Cx. 88\Doc. 15; Cx. 92\Doc. 51; Cx. 97\Doc. 21; Doc. 22; Cx. 101\Doc. 43; Doc. 76; Cx. 115\Doc. 64; Cx. 116\Doc. 34; Cx. 117\Doc. 61; Cx. 118\Doc. 11; Cx. 123\Doc. 87; Cx. 126\Doc. 27; Cx. 128\Doc. 17; Cx. 150\Doc. 12; Cx. 159\Doc. 16.

predominância da produção agrícola na comarca do Rio das Mortes, como Prado Jr.³⁵ ou mesmo quase uma exclusividade de uma ruralidade que fosse além da subsistência como Furtado³⁶.

Observando as comarcas de Vila Rica e Rio das Velhas, passa-se a ser perceptível a tendência de concentração dos requerimentos de legalidade na proximidade das rotas oficiais do ouro e diamantes, os caminhos por onde havia a maior fiscalização e taxação das mercadorias.³⁷ A proibição do transporte de mercadorias por rotas alternativas perdurou até a chegada da Corte em 1808, portanto todo o período da documentação desse mapa (1746-1801). O destaque para a Vila de Sabará permanece no sentido do agrupamento de fontes que não puderam ser mais precisamente localizadas, no entanto, o destaque não é o mesmo para Vila Rica. O que pode ser relacionado com uma menor chance de aprovação de pedidos relacionados à cidade considerando ser ela o principal centro minerador, hipótese favorecida por Vila Rica não estar presente na documentação do subsídio literário do termo da própria cidade. Assim como os requerimentos dos engenhos terem tido justamente a intenção de se distanciar de Vila Rica e de um possível centro minerador.

Mais afastada desse centro estava presente uma produção de tipo de agricultura familiar que se diferenciava do trabalho escravista da época. As famílias envolvidas produção contra hegemônica tinham a posse da terra na capitania. Isso se dava, pois, as sesmarias eram cedidas a alguns cidadãos pobres devido a disponibilidade de terra, principalmente na primeira metade do século XVIII, de modo que se crescia uma cultura de produção de agricultura familiar.³⁸ Como também havia propriedades mistas que eram destinadas plantio de víveres, cana e à mineração. A existência, no entanto, de propriedades escravistas voltadas à agricultura de alimentos demonstra como a agricultura da região tinha a potencialidade de manter um fluxo de renda capaz de reproduzir o sistema, sendo a renda gerada pelo comércio do excedente produzido suficiente para suprir os custos do tráfico de escravizados.³⁹ Em menor dimensão os agricultores familiares também precisavam de algum tipo de inserção no mercado no intuito de suprir a necessidade de mercadorias dos quais eles não poderiam adquirir de outras maneiras, como as ferramentas. Pensando dessa maneira pode se considerar que a capitania possuía uma estrutura de abastecimento interna com dinâmicas complexas e variadas formas de unidades

³⁵ Prado Jr, *História econômica do Brasil*, 2008, primeira edição: 1945.

³⁶ Furtado, *Formação econômica do Brasil*, 2007, primeira edição: 1959.

³⁷ Lenharo, *As tropas da moderação*, 1993 (primeira edição: 1979)

³⁸ Guimarães e Reis, op. cit., 1986. Os autores utilizam o termo “camponês” para esse tipo de produção, no entanto, devido às diferentes formas de interpretação do termo, a substituição pelo termo “agricultor familiar” permite maior clareza nas formas

³⁹ Idem

produtivas. Para os agricultores familiares a cana-de-açúcar era um gênero comercial, com um pequeno engenho de tração animal era possível produzir as rapaduras. Com um pouco mais de capital era possível ter um alambique. Segundo Carrara a aguardente fazia o papel do vinho na França, um meio para o agricultor familiar participar das trocas comerciais.⁴⁰

Para a elaboração dos mapas a seguir, foram utilizados dois tipos de documentos do subsídio literário. O primeiro tipo foram as relações das vilas e arraiais, essas relações eram divididas por freguesia e listavam todas as declarações de produção de aguardente dos engenhos das localidades anualmente, separados em primeiro e segundo semestre. O feitio da bebida era declarado por meio de juramento feita pelo proprietário ou por um procurador. Nesse formato foram encontrados 18 documentos relativos aos números de barris de aguardente destilada entre os anos de 1774 e 1793 sendo 13 relações para o termo de Vila Rica, 3 para o termo de Mariana, 1 para o termo de Sabará e 1 para termo de Caeté. O segundo tipo foram as cartas de subsídio individuais, relatando a produção anual de um engenho, essas cartas poderiam ser bastante concisas apenas declarando juramento e quantia de barris de produzidos, ou valor pago ao subsídio, poucas vezes continha mais alguma informação sobre a localidade do engenho ou apresentava a produção de diversos anos. Nesse formato foram analisados 46 documentos que puderam ser localizados datados entre os anos de 1783 e 1818. Além de um documento que assemelhava os elementos de ambos os formatos apresentando o que foi produzido no termo de Sabará entre 1811 e 1818.

Com os números retirados desse corpo documental foi criada uma escala para dimensionar o número de engenhos e a produção de aguardente a partir da otimização de intervalos naturais de Jenks⁴¹ e utilizando-se do sistema do próprio software para manter a consistência na dimensão dos elementos demonstrados nos diferentes mapas. As legendas, no entanto, estão limitadas aos próprios elementos presentes em cada mapa. Isso foi feito no intuito de facilitar a compreensão de cada mapa individualmente ao mesmo tempo que mantém a consistência e a possibilidade de comparação entre os mapas.

⁴⁰ Angelo Carrara, *Minas e Currais*, 2024 (reedição da tese de 1997)

⁴¹ O uso de Jenks para distribuição em dados por classe é analisado em Carvalho, *Classificação de dados geográficos e representação cartográfica*, 2018. Segundo o autor: “o Critério de Jenks, explora o comportamento inerente à distribuição dos dados para determinação dos limites das classes” segundo o autor, por ser baseado em uma fórmula matemática complexa o critério favorece a observação intuitiva. “O critério das quebras naturais busca identificar limites que provoquem maior homogeneidade dos dados dentro de cada classe e maior heterogeneidade entre as classes, ou seja, busca-se reduzir a variabilidade dentro das classes e maximizar as diferenças entre as classes.” (p. 105). O uso desse método na elaboração dos mapas tem o intuito de melhorar a leitura intuitiva ao fazer a separação das classes dos elementos que constituem os mapas, no caso a produção de aguardente e o número de engenhos identificados na região, de forma que valorize a diferenciação das classes.

Considerando o carácter fiscal da documentação no qual foram baseados os mapas foram obtidos resultados com as próprias limitações desse tipo registro. É preciso considerar que de alguma forma evitaram a tributação também não estavam presentes nos registros. Marcelo Godoy comenta que a estrutura legal estabeleceu uma quantidade excessiva de tributos entre os séculos XVIII e XIX para todos envolvidos em seu processo de comercialização, o que ocasionou uma considerável evasão fiscal.⁴²

Vale destacar que no período da cobrança do subsídio literário Minas Gerais passava por dois processos relacionados ao declínio da disponibilidade de ouro de aluvião. Devido à diminuição da mineração, os escravizados deixavam de ser empregados nas minas e consequente havia maior disponibilidade de escravizados para a produção rural.⁴³ Para Carrara, a diminuição dos escravizados na mineração foi causando, durante as últimas décadas do século XVIII, uma queda no mercado para a aguardente e uma menor valorização do plantio da cana-de-açúcar.⁴⁴ Godoy, por outro lado, encontrou um número excepcional de engenhos mineiros em atividade no início do século seguinte, o que demonstra vitalidade no mercado interno.⁴⁵

⁴² Godoy, *O doce e o azedo*, 2012

⁴³ Carrara, op. cit., 2024

⁴⁴ Idem

⁴⁵ Godoy, *O Primado do Mercado Interno*, 2008

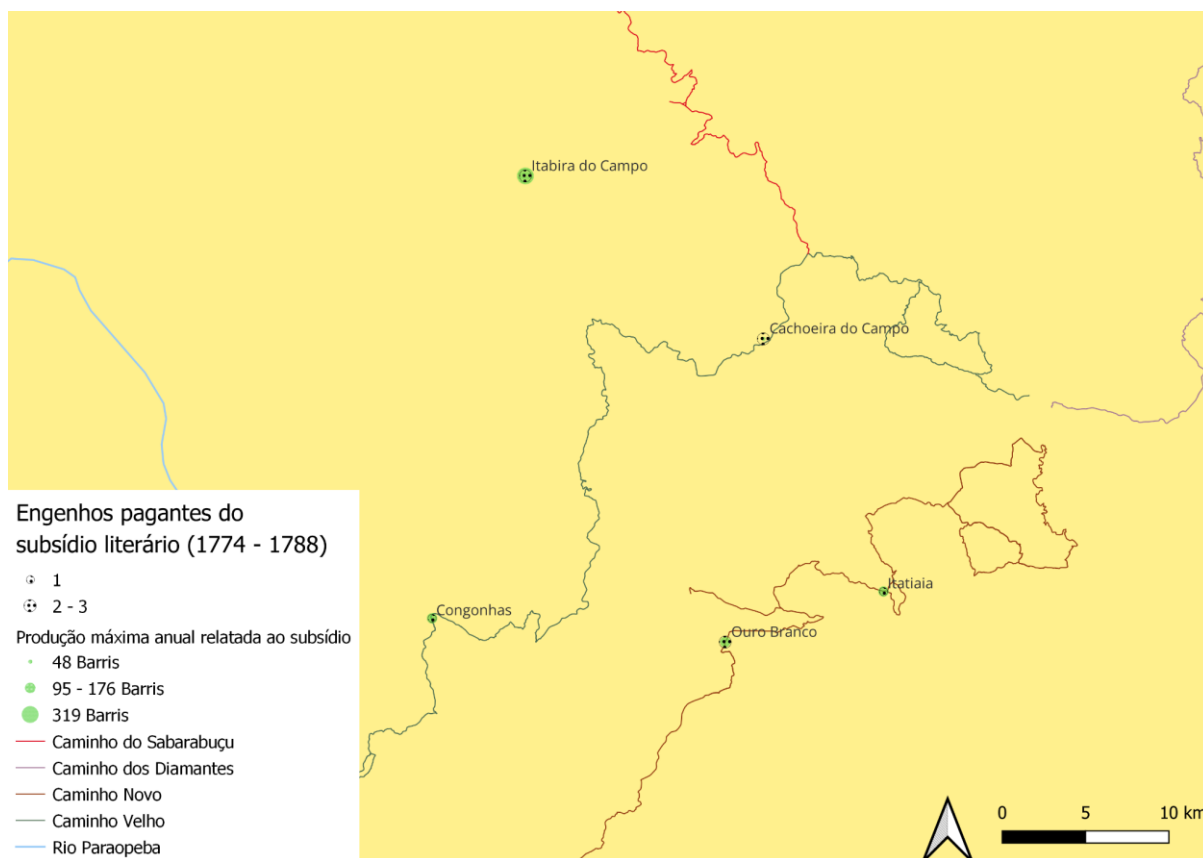


Figura 2: Mapa dos engenhos pagantes do subsídio literário da Freguesia da Cidade de Vila Rica. Tabela de referência: Anexo 1 tabela 1.⁴⁶

A região composta por Ouro Branco, Itatiaia, Congonhas, Cachoeira do Campo e Itabira do Campo se encontra bem próxima da capital, Vila Rica, a qual fazem parte. Além disso, com exceção de Itabira do Campo as freguesias são cruzadas pelos Caminho Velho e Caminho Novo. É a região mais documentada com 13 manifestos de aguardente entre os anos de 1774 e 1788, 7 deles estão “completos” e se referem a todos os arraiais e paróquias mapeados. A mais rica documentação provavelmente deve-se ao fato de justamente pertencerem a principal cidade da região, por outro lado os documentos não citam Vila Rica. Que também não aparece, nos outros documentos analisados em conjunto com manifestos.

Vila Rica, que fora escolhida como cabeça para a Capitania das Minas Gerais, por apresentar no período “qualidades essenciais (...) proximidade com as minas de ouro e a centralidade face a rede de caminhos e ao conjunto de núcleos mineradores existentes.”.⁴⁷ Tem, no entanto, um território bastante montanhoso, que pode ter sido um motivo, para uma provável ausência de engenhos durante o período. Além disso, foi uma das regiões que enfrentou o maior

⁴⁶ APM, Casa dos Contos: Cx. 130/Doc.21053; Cx. 130/Doc.21058; SL: Doc.1265; Doc.1294; Doc.1310; Doc.1328; Doc.1339; Doc.1359; Doc.1370; Doc.1378; Doc.1393; Doc.1421; Doc.1453; Doc.1466; Doc.2160.

⁴⁷ Cláudia Damasceno Fonseca, *Arraiais e Vilas d'El Rei*, 2011, p. 148

período, desde quando ainda era parte da Capitania de São Paulo. Ademais, sendo o centro político e econômico, a fiscalização foi certamente superior a outras regiões da capitania.

Com a grande população urbana e mineradora de Vila Rica e a necessidade de víveres inerente desses grupos populacionais, a região ficou aquém da produção de aguardente esperada. Mesmo no ano de maior destaque foram relatados poucos engenhos ativos em cada arraial e pouca aguardente produzida. No entanto, como explica Cláudia Damasceno Fonseca, “a capital Vila Rica permaneceu, durante todo o Setecentos, e mesmo no século seguinte, como um importante entreposto de mercadorias vindas de diversas zonas mineiras, de outras capitanias ou mesmo da metrópole.”.⁴⁸ É possível que justamente seu destaque comercial tenha possibilitado o consumo dos derivados de cana-de-açúcar na região sem grande produção local.

A demografia mineira observada por Carla Almeida corrobora com a análise do mapa em 1767 a comarca de Vila Rica possuía 60.249 habitantes, sendo 39,7% dos inventários de 1750-1779 correspondentes a população com atividades urbanas ou comerciais enquanto a comarca do Rio das Mortes 49.485 era de 37,1% , Rio das velhas 69.328 e Serro do Frio 29.538.⁴⁹ Esses números são demonstrativos da grande população urbana em Vila Rica.

⁴⁸ *Idem.* p. 35

⁴⁹ Almeida, op. cit., 2010

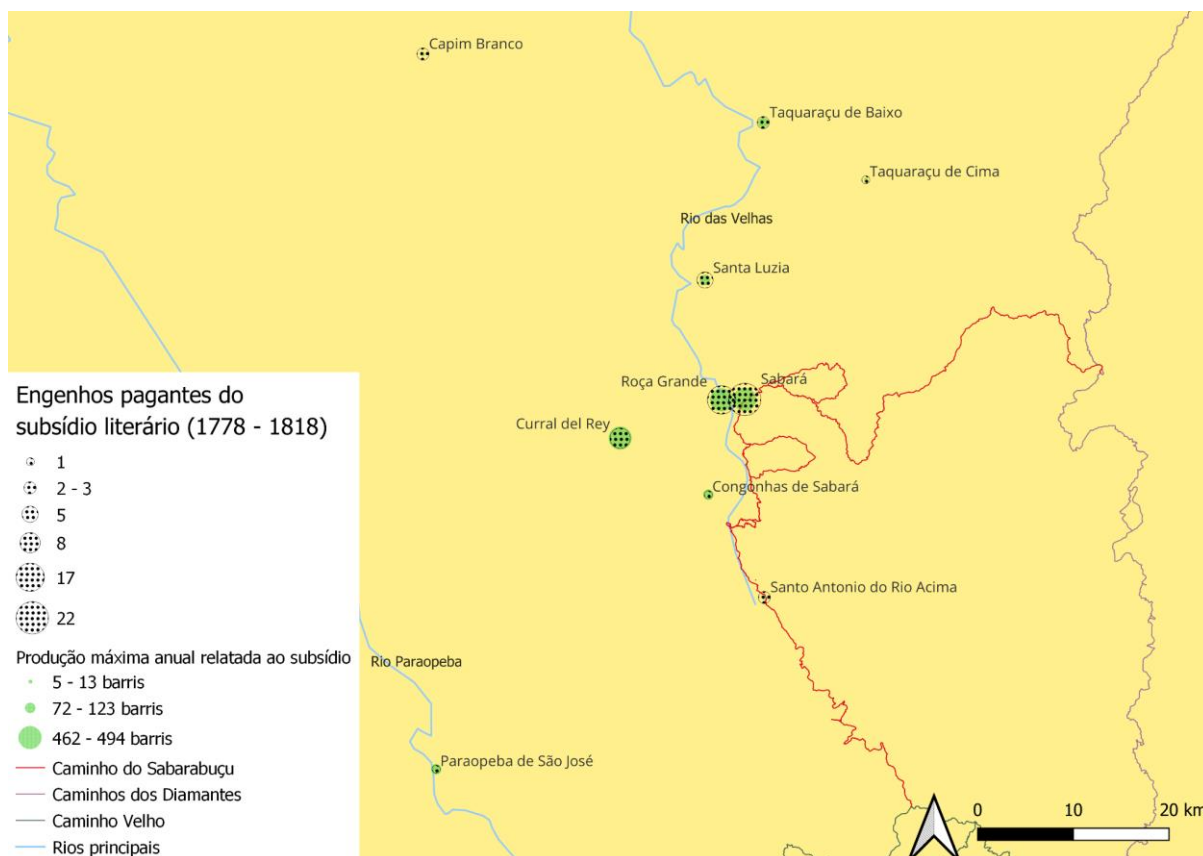


Figura 3: Mapa dos engenhos pagantes do subsídio literário dos termos das vilas de Sabará e Curral del Rey. Tabela de referência: Anexo 1 tabela 2.⁵⁰

As freguesias do termo de Sabará e a sua vila estão diretamente ligadas ao rio das velhas e o caminho do Sabarabuçu. Também concentram o maior número de engenhos em uma mesma localidade e na mesma documentação com 22 na vila de Sabará e 17 no arraial de Roça Grande. Apesar disso, a produção é pequena, com diversos engenhos que relataram não terem destilado nenhuma quantia de aguardente, muitos apenas se manifestaram no primeiro semestre. Valquiria Silva entende que os manifestos que não relataram a aguardente foram motivados por um receio de cobranças erradas por parte das autoridades.⁵¹ Isso pode estar ligado ao conhecimento do engenho por autoridades locais e mesmo a produção de aguardente em outros períodos, ou, ainda mesmo, uma forma corajosa de evadir a fiscalização, ao declarar voluntariamente a não produção.

⁵⁰ APM, Casa dos Contos: Cx. 10\Doc.10203; Cx. 12\Doc.10247; Cx. 20\Doc.10416; Cx. 44\Doc.30239; Cx. 48: Doc.30319; Doc.30320; Cx. 54\Doc.30421; Cx. 76\Doc.20059; Cx. 93: Doc.20337; Doc.20342; Cx. 94\Doc.20352; Cx. 97\Doc.20419; Cx. 100\Doc.20463; Cx. 109: Doc.20635; Doc.20636; Doc.20637; Cx. 110\Doc.20658; Cx. 122\Doc.20886; SL: Doc. 1342.

⁵¹ Valquiria Silva, op. cit., 2015.

Esses pequenos engenhos provavelmente se voltavam para a produção de rapadura. A rapadura era muito utilizada no intuito de adoçar e melhorar o sabor da água, como relataram Spix e Martius quando passaram pela região de São José Barbosa foram levados a um engenho que se situava em meio a mata fechada, lá era fabricado principalmente a rapadura, e relatam a sua forma usual de consumo: “No dia seguinte, levou-nos o caminho, sempre dentro do mato fechado, até Sítio, uma importante fábrica de açúcar, onde se faz especialmente rapadura, a qual, no interior, é usada em geral para adoçar a água.”⁵² Ainda que na Comarca do Rio das Mortes, essa passagem é exemplar para a forma de consumo da rapadura, e sua importância dentre os produtos da região. Além disso, o fato de o engenho ser dentro de uma mata fechada também sinaliza a forma como se espalhavam os engenhos. Não estando, necessariamente próximos aos caminhos ou às cidades. Algo que favorecia possíveis evasões fiscais e legais. O que pode até mesmo sinalizar um engenho que foi construído sem o devido aceite por parte da coroa, ou que visava fugir das cobranças do imposto literário. É, também nessa mesma região que estariam os engenhos encontrados na pesquisa de Silva⁵³ que foram discutidos anteriormente. Podendo assim esses engenhos já serem um pouco antigos ao estarem presentes em inventários da década de 1730.

A rapadura era um dos subprodutos da cana mais simples de se produzir e relativamente fácil de se transportar. Desse modo era provavelmente o principal motivador do plantio da cana e da instalação de engenhos em propriedades que tinham menos espaço, braços para o trabalho ou um proprietário menos enriquecido. Sem a necessidade de um custoso alambique e uma mão-de-obra adicional para o refinamento do açúcar, bastava que o engenho possuísse uma moenda, uma caldeira e formas simples de madeira para que produzisse o doce. A rapadura que possuía um valor inferior ao açúcar⁵⁴ e possivelmente popularizou o sabor adocicado na mesa dos mineiros.

Os engenhos voltados exclusivamente à produção da rapadura mostram o motivo da impopularidade do termo “senhor de engenho” na capitania de Minas Gerais. A estrutura do engenho era de modo geral mais simples e não creditava ao seu proprietário o mesmo status de

⁵² Spix e Martius, *viagem pelo Brasil*, v. 1, 2017, p. 318

⁵³ Flávio Silva, *op. cit.*, 2008

⁵⁴ Na documentação da Capitania de Minas Gerais (APM, Casa dos Contos, Cx. 106/Doc. 20574) foi encontrado uma promessa de pagamento no valor de 3 cruzados e um vintém para 50 rapaduras o equivalente à 24,75 réis por peça, ou $\frac{2}{3}$ de vintém. Já na capitania de São Paulo os valores da rapadura são registrados nos maços de população de Taubaté de 1807 por 10 réis a peça. Em contexto é importante considerar que no primeiro caso a venda é feita em fiado e em volume relativamente pequeno, enquanto as rapaduras de Taubaté saem em grandes cargas para serem vendidas no Rio de Janeiro. No mesmo documento o açúcar vendido em arrobas possuía o valor de 900 réis.

outras capitanias. Esses pequenos engenhos de rapadura poderiam, inclusive, funcionar em uma estrutura de produção familiar, sem o uso da mão-de-obra escrava. Fator que acontece em Minas Gerais devido à concessão de sesmarias em alguns casos a famílias dependentes do próprio trabalho, segundo Almeida, algo possível devido à grande disponibilidade de terras na capitania.⁵⁵ Esse processo, como já discutimos se deu principalmente na primeira metade do século XVIII. No entanto, posteriormente as terras de fronteira também representaram oportunidade de trabalhar a terra assim como também houve contratos de meação.⁵⁶

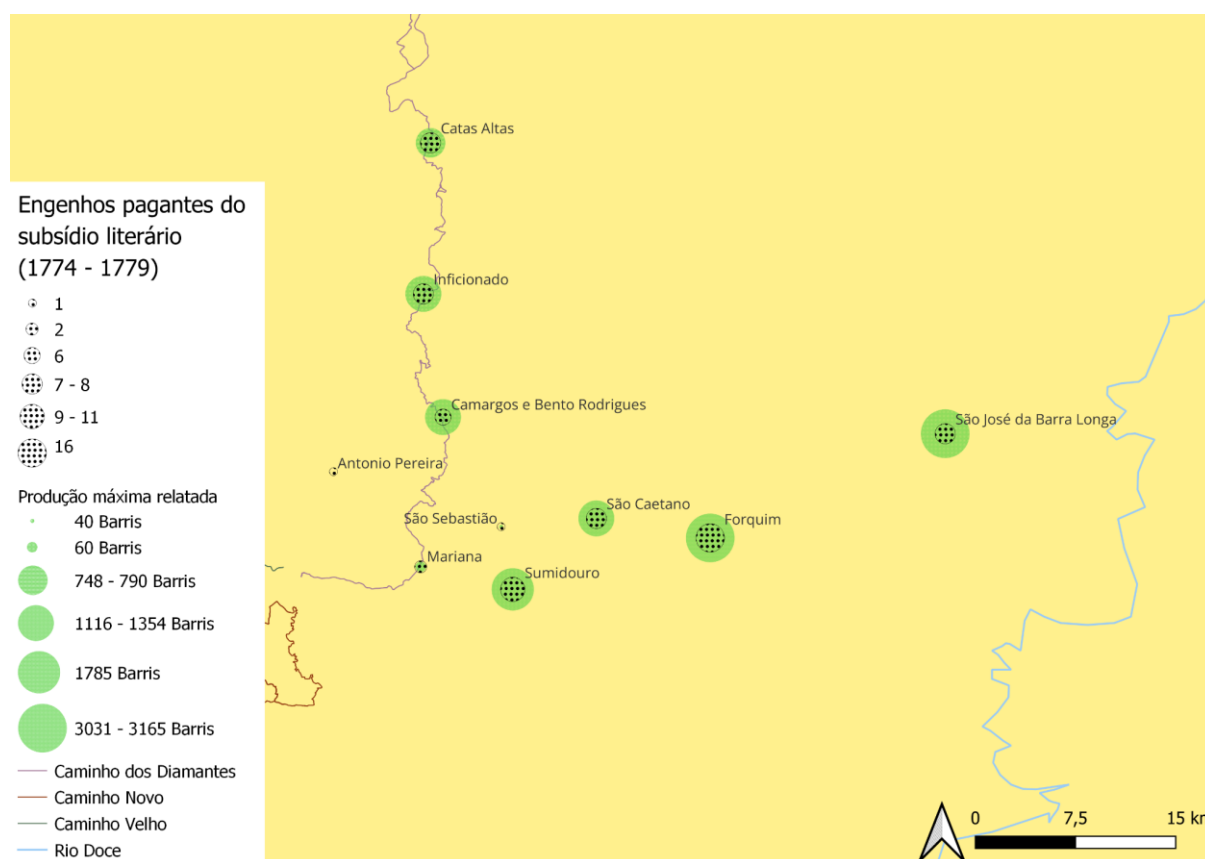


Figura 4: Mapa dos engenhos pagantes do subsídio literário do termo da vila de Mariana. Tabela de referência: Anexo 1 tabela 3.⁵⁷

A região de Mariana é a que apresenta as maiores produções dentre a documentação do subsídio. Estando bastante próxima de Vila Rica, a quantia significativa pode significar um direcionamento comercial nesta região. As vilas com a maior produção e maior número de engenhos são aquelas em que não passam pela rota principal, isso pode se dever à possibilidade

⁵⁵ Almeida, op. cit., 2010.

⁵⁶ Carrara, op. cit., 2024.

⁵⁷ APM, Casa dos Contos: Doc.1268; Doc.1341; Doc.2138

de serem engenhos mais antigos e consolidados que já produziam num período de maior perseguição.

Segundo Valquíria Silva, o consumo da aguardente em Minas Gerais é amplo, mas por ser uma bebida estigmatizada devido ao seu consumo por parte dos negros, era por alguns temida por seus malefícios, mas para outros representava uma opção econômica à preferida aguardente vínica portuguesa, valorizada por seus para o uso medicinal no período.⁵⁸ Os engenhos que produziam a bebida necessitavam de uma estrutura maior para alambicagem e, portanto, apesar de engenhos especializados na aguardente, serem conhecidos em outras capitanias como engenhocas e considerados engenhos pequenos, dentro da estrutura produtiva mineira esse tipo de engenho possuía algum destaque.

A grande quantia de aguardente relatada no termo de Mariana demonstra engenhos consolidados que possuíam a capacidade de produzir dezenas ou mesmo centenas de barris anualmente e provavelmente poderiam estar envolvidos no fabrico do açúcar. Considerando que para possuir a estrutura para todo esse volume de destilado é bastante provável que também se tivesse os equipamentos e a mão de obra necessária para o açúcar.

A localização externa aos caminhos do ouro nos arraiais com a maior produção pode estar ligada à criação desses engenhos em situação irregular, que seria mais fácil em locais com maior afastamento da estrutura fiscal. Ainda também devido ao fato das proximidades das riquezas das lavras de ouro, tanto em Vila Rica quanto no próprio termo, como explica Carla Almeida “o dinamismo da agricultura mercantil em Minas esteve em íntima sincronia com o dinamismo da produção de ouro, pelo menos nas localidades que se encontravam mais afastadas dos demais centros consumidores.”⁵⁹ O termo de Mariana diretamente envolvido com a mineração e muito próximo à Vila Rica teria sua agricultura interligada às necessidades das lavras. Muitas vezes na forma da aguardente consumida pelos escravizados na atividade mineradora. Segundo Silva, “Embora fosse considerada prejudicial à saúde dos cativos e consumisse os jornais dos senhores, a cachaça era também um elemento de controle social, e as autoridades tinham plena consciência disso.”⁶⁰

⁵⁸ Valquíria Silva, op. cit., 2015, p. 192

⁵⁹ Almeida, op. cit., 2010, p. 63

⁶⁰ Flávio Silva, op. cit., 2008, p. 222

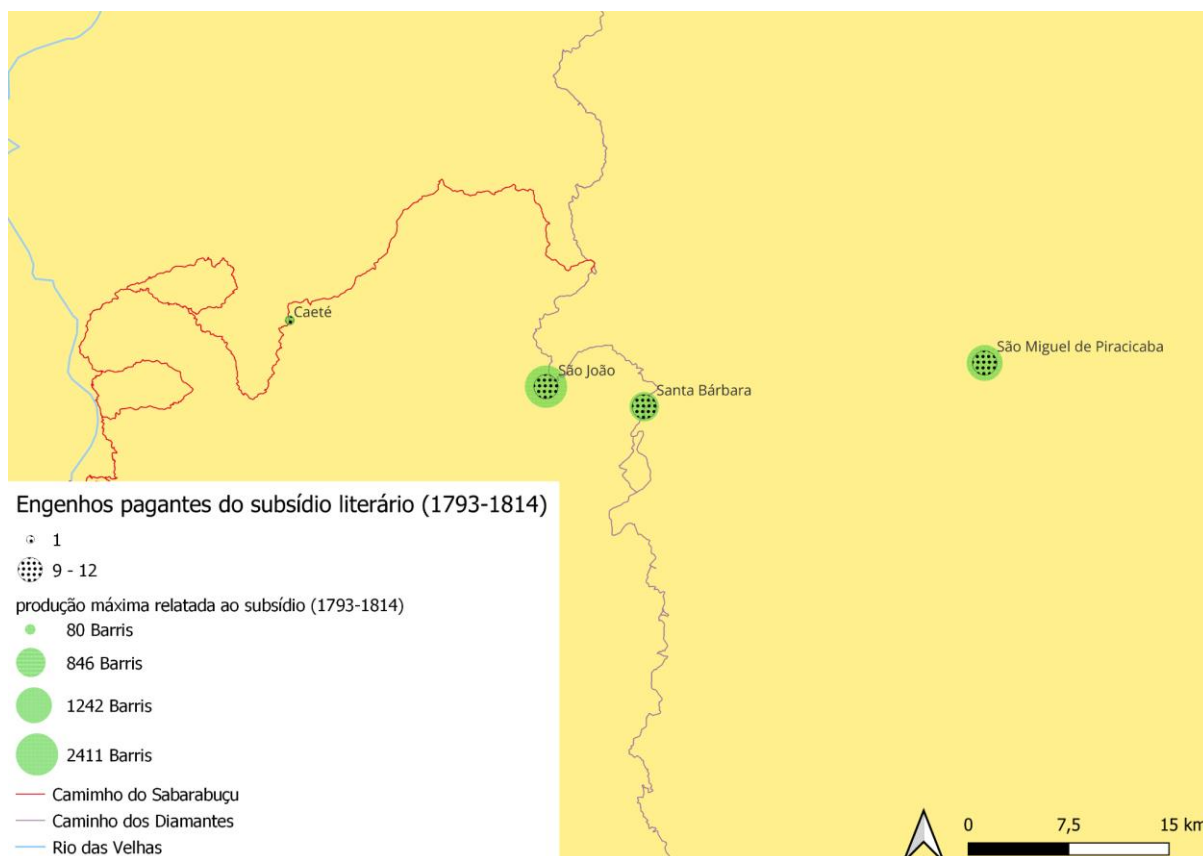


Figura 5: Mapa dos engenhos pagantes do subsídio literário da Freguesia da vila de Caeté, Tabela de referência: Anexo 1 tabela 4.⁶¹

A região capitaneada pela vila de Caeté, ao norte de Mariana, aponta certo direcionamento para a região de exploração diamantina, a documentação para a elaboração desse mapa foi escassa com apenas um manifesto da aguardente, referente ao ano de 1793 e que compilou os dados das freguesias/arrais de São João, Santa Bárbara e São Miguel de Piracicaba (também referida apenas como São Miguel) e um relatório de fabricação de aguardente ao subsídio de um engenho datado de 1814 na vila de Caeté. Os números de produção são relativamente altos, com médias variando entre 80 e cerca de 200 barris de aguardente produzidos por engenho no intervalo de um ano.

A região é localizada no início do caminho dos diamantes que ligava Vila Rica à comarca do Serro do Frio, principalmente à Vila do Príncipe. A região, que fora povoada inicialmente por paulistas que encontraram veios de ouro, teve parte de seu território delimitado para a extração dos diamantes. O distrito diamantino possuía rigorosas regulamentações para impedir o contrabando dos diamantes. As regulamentações do distrito diamantino incluíam o controle de entrada de pessoas e mercadorias através dos Registros o que causava grandes

⁶¹ APM, Casa dos Contos: Cx. 54\Doc. 30421; SL\Doc. 1488

impostos nos produtos comercializados.⁶² Desde o início do povoamento a região atraiu diferentes tipos de comerciantes interessados em receber minerais preciosos como pagamento.⁶³ Certamente entre as mercadorias negociadas estavam os derivados de cana-de-açúcar, como a aguardente, que teria uma demanda crescente com o aumento das atividades mineradoras.

Entre os anos de 1767 e 1776 a população da comarca aumentou 29.538 para 58.764, um aumento de 99%.⁶⁴ Esse foi o maior aumento dentre as comarcas, fator que pode ter favorecido o comércio para a região. O aumento populacional em parte da comarca e o controle da entrada de pessoas ligadas à mineração diamantina em outra espalhava a atividade agrícola e poderia favorecer produtores um pouco mais distantes.

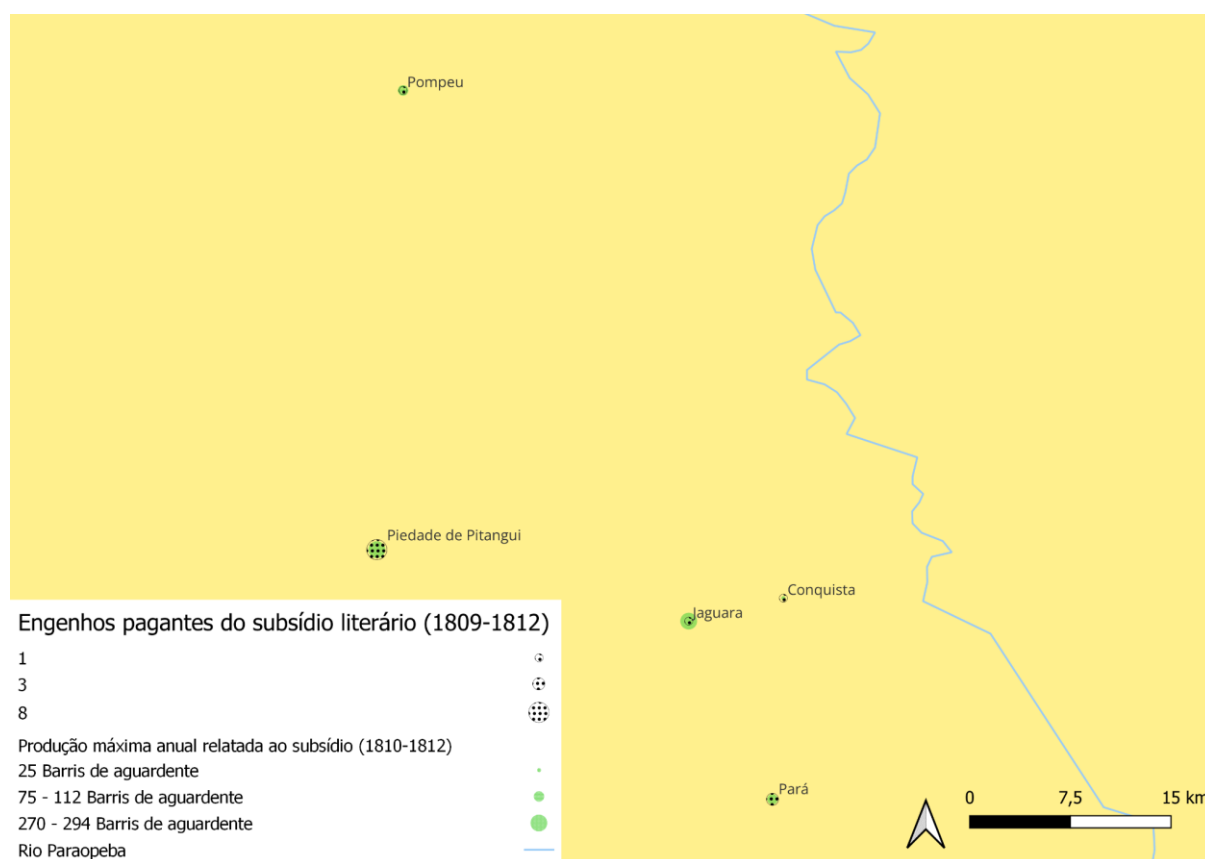


Figura 6: Mapa dos engenhos pagantes do subsídio literário da Freguesia da vila de Piedade do Pitangui. Tabela de referência: Anexo 1 tabela 5.⁶⁵

A região ao redor da vila de Piedade do Pitangui (ou Pitangui) não teve grande amostragem de documentação e com escassos registros do começo do século XIX demonstrou

⁶² Júnia Furtado, *O distrito diamantino*, s/d.

⁶³ Briskievicz, *Um panorama da arrematação das lavras de ouro nas Minas do Serro do Frio*, 2022

⁶⁴ Almeida, op. cit., 2010, p 48.

⁶⁵ APM, Casa dos Contos: Cx. 51: Doc.30374; Doc.30375; Doc.30376; Cx. 52\Doc.30400; Cx. 54\Doc.30438; Cx. 120\Doc.20846; Cx. 121\Doc.20867; Cx. 128\Doc.21009

limitada produção de aguardente e que provavelmente era consumida localmente. Pitangui era também um ponto de paragem possível para aqueles que se dirigiam à capitania de Goyaz, ao marcar o início do caminho conhecido como Picada de Goiás. Por ser um caminho utilizado por diversos tropeiros e outros comerciantes, isso favorecia que mercadorias fossem negociadas na vila, entre elas as produzidas por esses engenhos. Como discutimos, a rapadura era utilizada, muitas vezes, para adoçar a água, o que seria bastante útil em viagens onde as fontes de água seriam ainda menos confiáveis. Além disso, por ser uma forma de alimento caloricamente densa, é bastante prático para ser carregado. A aguardente certamente também seria consumida e levada como mercadoria por esses comerciantes. A dimensão dos engenhos nessa região é provavelmente bem pequena se formos levar em conta sua produção limitada de aguardente.

A produção dos derivados de açúcar estava diretamente conectada às necessidades do comércio de longas distâncias, feitos em minas principalmente por meio dos tropeiros. Sendo os engenhos, em muitos casos, pontos de descanso e alimentação para os tropeiros e seus animais, portanto, os engenhos beneficiavam e eram beneficiados ao produzirem a aguardente e a rapadura pela estrutura de transporte e comércio na capitania de Minas Gerais. Contrariamente seriam os grandes engenhos que necessitariam transportar as caixas de açúcar por distâncias demasiado longas, principalmente considerando dificuldades de se viajar pelo terreno acidentado e estradas estreitas da capitania.

Conclusões parciais

Considerando as observações relacionadas aos mapas, vemos que as regiões possuíam características associadas à sua localidade e proximidade de rotas. Dentre elas as regiões próximas ao caminho dos diamantes possuíam uma produtividade maior, o que pode estar relacionado principalmente à característica urbana dos espaços interligadas por essa rota, Vila Rica e Vila do Príncipe, e à necessidade de abastecimento que isso ocasiona, outrossim o grande número de escravizados em trabalho nas minas de ouro e diamantes nessas regiões seriam o mercado consumidor da aguardente desses engenhos.

Já nas vilas de Sabará, Roça Grande e Curral del Rey são encontradas as maiores concentrações de engenhos e, no entanto, registraram pouca aguardente. Os engenhos menores são típicos para a Capitania de Minas Gerais e sua produção seria ligada ao comércio de alimentos, produzidos em pequenas propriedades e com poucos ou mesmo, às vezes, nenhum escravizado, como pudemos ver na fonte “Relação dos engenhos de cana que há neste

distrito”⁶⁶. Desse mesmo documento vemos que no distrito citado apenas cerca de um terço destilava aguardente e menos de 10% estava envolvido na produção do açúcar. Essa relação pode demonstrar um distrito que possuía engenhos singularmente reduzidos, considerando a quantidade média de mão de obra envolvida. No entanto, a documentação do subsídio de Sabará também concorda com essa análise ao relatar diversos engenhos que não estavam envolvidos com a produção de aguardente, ao menos no ano relatado. De tal modo pode-se concluir que havia numerosos engenhos de pequeno porte na Capitania de Minas Gerais, de forma que o mercado interno tenha valorizado mais a produção do pequeno proprietário se comparado com as regiões voltadas ao mercado exportador.

Finalmente, ainda que os cronistas nos deixem as suas considerações de que a produção de víveres na capitania de Minas Gerais se dava principalmente na comarca do Rio das Mortes, os números que pudemos observar nas comarcas de Vila Rica e Rio das Velhas é expressivo, tanto em relação ao número de barris de aguardente produzidos como a quantidade de engenhos encontrada na limitada documentação do subsídio. Além disso, a dispersão dos requerimentos de engenhos corrobora para a compreensão contrária da maior relevância da Comarca do Rio das Mortes, ao menos para a produção dos derivados de cana-de-açúcar.

⁶⁶ APM, casa dos contos, Cx. 98/Doc. 20440

Capítulo 2 - o comércio dos subprodutos do açúcar em Minas Gerais

O comércio no que viria a ser a capitania de Minas Gerais surge juntamente da própria descoberta das minas. Os valiosos recursos minerais foram encontrados à longa distância da estrutura colonial portuguesa, e a atração dos aventureiros que se engendraram em desbravar as lavras mineiras, foi similar àquela que trouxe os mercadores que sabiam que venderiam qualquer produto a *peso de ouro*⁶⁷. A pressa pela exploração fora tanta que até causou crises de fome devido a incapacidade de se levar tanta comida pela fraca infraestrutura da região. É certo que o sustento básico se estabilizou com o crescimento da produção de alimentos na região como discutimos no capítulo anterior, mesmo assim o comércio se manteve parte central para as minas, com as dinâmicas comerciais e produtos principais variando conforme a realidade da vida nas minas rapidamente se alterava também.

A capitania de Minas Gerais foi central no comércio interno do centro sul. Esse comércio se inseria na rede de abastecimento colonial da qual Lenharo descreve como dividida em três fontes:

a externa, cujas praças maiores eram Lisboa, Porto e o Prata; a interna, de cabotagem, cujos núcleos principais eram o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e as áreas mais próximas da corte como Campos e Parati; a terceira fonte, também interna, era a circunscrita às rotas terrestres que alcançavam principalmente as capitanias de Minas e São Paulo e, através delas, os centros produtores de Goiás e Mato Grosso.⁶⁸

Como uma teia, a cidade do Rio de Janeiro servia como centro na qual se irradiava seus fios e Minas Gerais, com o advento do ouro, propiciou o adentramento. Segundo Brown:

Much of the land trade between Minas Gerais and Rio de Janeiro was also an extension of the import-export network into the Brazilian interior (...) the extension of settlement into the interior during the eighteenth century also stimulated internal economic exchanges.⁶⁹

Discutido por João Fragoso, o mercado interno colonial demonstra que a conjuntura econômica da colônia vai além da economia de plantation dependente da situação mercadológica internacional, pois a plasticidade gerada pelo comércio interno possibilitou a ocorrência de momentos de crescimento de receitas apesar de quedas de preços internacionais.⁷⁰

⁶⁷ A obra histórica *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* relata o valor dos produtos vendidos nas Minas em 1703, quando produtos de alimentação básica eram vendidos a preços altíssimos, cotados pelo valor em ouro, a exemplo: “Por um alqueire de farinha de mandioca, quarenta oitavas” ou também: “Por uma galinha, três ou quatro oitavas”

⁶⁸ Alcir Lenharo. *Tropas da moderação*, 1993 [1979], p.20

⁶⁹ Larissa Brown. *Internal Commerce in a colonial economy*, 1986, p.194. Tese.

⁷⁰ João Fragoso, *Homens de Grossa Ventura*, 1998

Esse mercado interno se deu muito devido ao abastecimento das minas, principalmente durante o auge minerador, e após seu declínio, mais ainda ampliado com a chegada da corte portuguesa em 1808, as minas passaram a ter um papel importante no abastecimento do Rio de Janeiro.⁷¹

Durante o século XVIII a extração aurífera e o comércio proporcionaram o crescimento da capitania de Minas Gerais, segundo Resende:

A fixação da população nas vilas e arraiais ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento do comércio. Vendas e estabelecimentos comerciais surgiam por toda parte. Podia-se acumular ouro e diamantes por meio da troca ou da prestação de serviços. Além das vendas, a atividade aurífera estimulou, ainda, o aparecimento de diversas atividades econômicas, levando ao florescimento da indústria têxtil doméstica, da siderurgia e de atividades artesanais ligadas ao couro, à madeira, à cerâmica.⁷²

Nesse sentido, também se posiciona o estabelecimento dos engenhos como foi discutido no capítulo anterior. O produto para o mercado interno foi fundamental durante a crise a mineração mantendo-se plenamente disponível mesmo com a crise na mineração, Maxwell explica:

A economia regional, com suas propriedades rurais horizontalmente integradas, era particularmente capaz de absorver o choque das transformações que vieram após a exaustão do ouro aluvial. Tanto tinha capacidade para corresponder ao estímulo recebido da economia interna quanto do amplo comércio exterior que fluía pela estrada do Rio de Janeiro e que minguou na proporção direta do declínio da produção aurífera. Depois do decênio de 1760, qualquer produto local suportava uma comparação favorável com os artigos importados, e a elasticidade da economia regional ante uma catastrófica contração do volume do comércio externo refletiu-se de diversos modos nos dízimos e nas estradas: pois enquanto a queda das últimas é agora notória, os primeiros mantiveram um nível de arrecadação que apresentava poucas mudanças substanciais desde a década de 1750.⁷³

De modo geral, com o crescimento populacional na Capitania de Minas Gerais concomitante com redução na eficiência e potencial extrativo da indústria mineradora se tem um recrudescimento das atividades voltadas ao abastecimento. Esse movimento foi particularmente forte em regiões que já se especializavam em gêneros de subsistência desde o início do século XVIII.⁷⁴ Como a comarca do Rio das Mortes que se destacava na criação de suínos e na agricultura de alimentos.

⁷¹ Alcir Lenharo, op. cit.. O autor demonstra a dimensionalidade de produtos rurais sendo transportados ao Rio de Janeiro: “No final do século XVIII, quando a mineração entrou em crise, o movimento da estrada tendeu a inverter-se, passando o fluxo de mercadorias a orientar-se para o mercado carioca. Começaram a descer significativas quantidades de gado, porcos, galinhas, carneiros, toucinho e queijos, além de outros gêneros de subsistência, tradicionalmente produzidos no sul de Minas e outras regiões mineiras afins.” p. 48

⁷² Edna Maria Resende, *Os Senhores do Caminho Novo*, Revista Mal-Estar e Sociedade, 2009, p. 124

⁷³ Kenneth Maxwell, *A Devassa da Devassa*, 2001 [1973], p. 112

⁷⁴ Flávio Marcus da Silva, *Subsistência e Poder*, 2008

O mercado interno e o abastecimento mineiro enfrentaram nesse período alguns desafios relacionados à própria geografia e à estrutura colonial. Chaves⁷⁵, em concordância de ideias já estabelecidas em Zemella⁷⁶, explica que as principais dificuldades passadas pelos comerciantes nas Minas, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII eram: a redução da disponibilidade de moeda, principalmente em relação ao ouro em pó devido à crise da mineração; o aumento da carga tributária com a instituição do subsídio voluntário após o terremoto em Lisboa; a má condição e pouca disponibilidade de estradas.

Esses fatores já limitavam os gêneros que poderiam ser transportados, principalmente os que não se auto-tracionavam, como animais e pessoas. Devido à dificuldade do transporte de tropas de mulas, não era viável o transporte de produtos cujo relação de valor-volume não seja alta, trazendo das Minas artigos como ouro, algodão e alimentos processados e levando manufaturas e alimentos importados.⁷⁷

Para a discussão dos subprodutos da cana-de-açúcar nesse contexto de comércio interno mineiro este capítulo está subdividido seguindo a fórmula de Cláudia Chaves. A autora dividiu os agentes do comércio mineiro em duas classes, volantes e fixos e esses são subdivididos em suas especializações. Os comerciantes volantes eram os tropeiros, boiadeiros, comboieiros, mascates, negras de tabuleiro e atravessadores os três primeiros eram especializados em comércio de longas distâncias (podiam muitas vezes os mesmos agentes exercerem diferentes funções) variando apenas a sua especialidade comercial. Os tropeiros conduziam os muares com cargas entre os portos, as vilas e as fazendas mineiras. Os boiadeiros levavam transportavam grandes boiadas e os comboieiros encaminhavam escravizados, ambos comumente também podiam transportar alguma carga de secos ou molhados. Os atravessadores negociavam, produtos adquiridos em lojas ou com os tropeiros nas cidades, dos quais muitas vezes especulavam os valores para maiores lucros. Os mascates e as negras de tabuleiro eram vendedores ambulantes, os mascates eram comerciantes de secos e as negras de tabuleiro vendiam quitutes e bebidas. Já o comércio fixo era feito em lojas, vendas e tavernas, enquanto as lojas eram estabelecimentos de porte que vendiam secos e molhados nos ambientes urbanos,

⁷⁵ Cláudia Chaves, *Perfeitos Negociantes*, 1999

⁷⁶ Mafalda Zemella, cita como problemas para o abastecimento das Minas Gerais o afastamento dos centros de produção; a reduzida produção interna; a falta de tradição comercial; a falta de moeda; as péssimas condições das comunicações e vias de transporte; a precariedade na conservação de víveres; dificuldades de importação; multiplicidade de impostos. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, 1951

⁷⁷ Larissa Brown, op. cit.

as vendas e tavernas eram especializadas em molhados, sendo às últimas muitas vezes exclusivas para o comércio da aguardente.⁷⁸

Neste capítulo nos voltaremos ao comércio volante dos tropeiros e das negras de tabuleiro e ao comércio fixo, principalmente das vendas, esse recorte se dá devido à maior presença dos subprodutos da cana-de-açúcar nesse tipo de comércio em relação aos demais.

Os tropeiros:

Os tropeiros, como também alguns comboieiros e boiadeiros, foram essenciais para a vida nas minas, o processo de interiorização marcado pelo crescimento populacional voltado para a extração mineral criava a necessidade de importação dos víveres de outras capitanias. No entanto, fica claro que ter uma linha de suprimentos de longa distância, que atravessava caminhos acidentados e perigos, como única fonte de entrada de alimentos para essa capitania era inviável como visto nas fomes de 1697-1698 e 1700-1701. Ainda que a agricultura de subsistência foi mais relevante no abastecimento das minas do que já fora pensado, a importância dos tropeiros foi central para o funcionamento da estrutura mineradora que, com o crescimento da produção interna de alimentos, articularam o transporte destes dos produtores aos centros consumidores. Esses tropeiros, assim como outros comerciantes volantes, segundo Júnia Furtado:

(...) ocupavam posição menos prestigiada do que os que se ocupavam do comércio fixo. Quase nunca amealhavam fortuna e viviam inseridos num sistema de créditos e dívidas, com os grandes comerciantes nas Minas e nos portos, o que gerava laços de dependência difíceis de serem rompidos⁷⁹

Ainda sobre o grupo composto pelos tropeiros, comboieiros e boiadeiros eram compostos de modo geral por homens brancos nascidos em Portugal e em partes possuíam escravos. De forma similar ao que Gil apresenta sobre os tropeiros do comércio entre Viamão e Sorocaba a atividade não era exclusiva à elite local pois podia ser acessada por meio do crédito.⁸⁰ Esses comerciantes volantes normalmente transportavam mercadorias diversas e muitas vezes poderiam transportar também escravizados, mesmo que não fossem comboieiros especializados no tráfico. Sendo assim, apesar de muitas vezes utilizarem do trabalho escravo, não dependiam diretamente dele, e estando diretamente envolvidos com o labor do comércio, eram outras figuras que fugiam à regra do escravismo colonial.

⁷⁸ Cláudia Chaves, op. cit.

⁷⁹ Júnia Furtado, *Homens de negócio*, 2006, p. 268

⁸⁰ Tiago Luís Gil, *Coisas do Caminho*, 2020

A partir da análise dos produtos que eles transportavam vemos a presença importante dos derivados de cana-de-açúcar, sempre citados entre os viajantes. Muitas vezes nas formas dos doces, rapadura e marmelada, a rapadura era produzida nos engenhos e a marmelada era feita em algumas vilas mineiras com açúcar e marmelo, os doces e geleias mineiros foram considerados muito doces para o paladar de Saint-Hilaire indicando uso expressivo de açúcar.⁸¹ A viagem Científica de von Spix e von Martius trouxe diversas observações em relação ao movimento dos tropeiros na Capitania de Minas Gerais, relataram diversas vezes passarem por tropeiros carregando produtos vindos dos portos para as minas e levarem das minas os minerais e dentre as produções agropecuárias principalmente algodão, café, fumo, doces e queijos, sobre o comércio com o Rio de Janeiro afirmam:

Além desses produtos brutos (algodão, café e fumo) e das pedras preciosas, Minas remete queijos, marmelada, rapadura e uma colossal quantidade de pano de algodão muito grosseiro, que aqui se emprega para a roupa dos escravos e da população pastoril pobre, nas províncias do Sul.⁸²

Neste primeiro trecho relatam a rapadura e a marmelada dentre os principais produtos mineiros, em uma percepção baseada no que chegava no Rio de Janeiro. No porto da estrela, no rio Inhomirim, que ligava o Rio de Janeiro ao caminho novo relataram:

O mais importante artigo de comércio que os mineiros para aqui trazem, é o algodão bruto; mas, além disso, também considerável quantidade de tecido de algodão muito grosseiro, para roupa dos escravos negros e para exportação ao Rio Grande do Sul e Buenos Aires, vindo sobretudo das comarcas de Sabará e São João d'el-Rei; também queijos, toicinhos e tijolos de marmelada são conduzidos nestas estradas pelas tropas de Minas Gerais.⁸³

Ainda próximos da capital os viajantes observaram o movimento dos tropeiros e novamente a marmelada destaca-se dentre as cargas. Já na capitania de Minas Gerais e fora da rota do caminho novo, possivelmente no trajeto do caminho velho:

A aldeia de Mandu, numa região baixa e em grande parte coberta de matas, havia sido fundada vinte e cinco anos antes por um capitão, por sua situação favorável para o comércio de Taubaté e Guaratinguetá com Minas. Os paulistas transportam por essa estrada mercadorias europeias e trazem de volta queijos, marmelada, algum fumo e tecido grosseiro de algodão.⁸⁴

Já no comércio com a capitania de São Paulo, a marmelada está novamente presente, encontramos esses mesmos produtos nas saídas do porto de Santos “algodão, queijos de minas,

⁸¹ Auguste de Saint-Hilaire, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*, partie 2, tome 1, 1833

⁸² Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*, 2017 [1823], v. 1, p. 82

⁸³ Idem, v. 1, p. 112

⁸⁴ Ibidem, v. 1, p. 233-234

caixotes de marmelada”. Vemos que a marmelada produzida em Minas fazia parte de um circuito de comercialização longo, fator que discutiremos com maior profundidade no capítulo seguinte. Finalmente, em Vila Rica, Spix e Martius notam as caravanas, processo que tinha o intuito de proporcionar uma viagem mais segura para os tropeiros e garantir a chegada:

Quase que todas as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas, carregadas com os produtos da região: algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro, etc., para a capital, e voltam, trazendo sal, vinho, chitas, panos, presuntos, espelhos, artigos de ferro, novos escravos para a exploração das minas de ouro, etc. O comércio com o mais longínquo sertão, que vai até Goiás e Mato Grosso, não é tão extenso, de fato, como o de São Paulo e Bahia; entretanto, expande-se até além do rio São Francisco, quase que por toda a capitania, e abastece-a não só com as mercadorias europeias adquiridas no Rio de Janeiro, mas, também, com os produtos das imediações, como, por exemplo, os aqui fabricados: artigos de ferro, chapéus de feltro, louça de barro, queijo, milho, marmelada, carne de porco e toicinho; este é empregado em vez de manteiga e banha, e constitui grande artigo de comércio da província.⁸⁵

Novamente se tem destaque para a marmelada, mas esse trecho ressalta um outro fator essencial para a compreensão da estrutura do abastecimento na capitania de Minas Gerais, a relevância dos “produtos das imediações”. Isso mostra que os tropeiros também se ocupavam com a comercialização dos produtos regionais e a sua distribuição pela região em uma rede comercial capilarizada.

Já as observações de John Mawe mostraram que os produtos da comarca do rio das Mortes eram enviados principalmente para Vila Rica e o Rio de Janeiro, o viajante destacou os queijos e o toucinho, mas relatou também o envio de alguma quantia de aguardente, açúcar e café. Na leitura do viajante, os derivados da cana figuravam entre os principais carregamentos dos tropeiros, ainda que atrás dos dois principais produtos de origem animal exportados pela capitania.⁸⁶

Os tropeiros não apenas negociavam entre as lojas dos centros urbanos nas Minas e os portos em suas respectivas capitanias litorâneas, as relações comerciais entre os tropeiros e as vendas são destaque para os derivados da cana-de-açúcar. As vendas, que eram muitas vezes instaladas nos caminhos e ligadas a um agricultor estavam juntas aos locais de pouso dos tropeiros e de seus animais durante suas longas viagens, nessas paradas os tropeiros negociavam produtos nas vendas e adquiriam suprimentos para seu consumo, a aguardente e a rapadura figuravam em ambas as categorias, e o açúcar, o melado e às vezes doces eram adquiridos para negócios futuros. A marmelada foi um importante produto da capitania de Minas Gerais.

⁸⁵ Spix e Martius, op. cit. v. 1, p. 268

⁸⁶ John Mawe, *Travels in the interior of Brazil*, 1812, p. 273

O comércio fixo:

O comércio fixo na capitania de Minas Gerais estava presente tanto em espaços urbanos como rurais. Nos espaços urbanos destacavam-se as lojas, locais especializados no comércio de secos ou molhados, regionais ou importados. Esse varejo era dividido entre as lojas de grandes comerciantes e agricultores que possuíam caixeiros, funcionários que tomavam conta de seus negócios, e por lojas típicas de pequeno e médio porte administradas por seus donos.⁸⁷ Já as vendas eram estabelecimentos de menor porte, voltados aos produtos mais usuais de maioria molhados e alguns secos. As vendas poderiam estar presentes tanto no campo próximo a uma estrada ou uma lavra como também nas vilas. Nesse tipo de comércio destacava-se o trabalho feminino Segundo Júnia Furtado:

Usualmente os comerciantes abriam vendas nos morros e deixavam o negócio ser administrado por escravas, pagando aos seus senhores jornais por seu serviço e, assim, viviam livremente sem o controle dos senhores, ou também podiam ser negras forras as proprietárias desses estabelecimentos⁸⁸

Enquanto as lojas representavam o comércio formal e o abastecimento regular, as vendas eram espaços que, muitas vezes, desafiavam as normas impostas pelos grupos dominantes. As vendas foram, junto com as tavernas, o formato de comércio fixo mais perseguido. O motivo estava na comercialização de bebidas que propiciava o ajuntamento de negros escravizados procurando um descanso de sua faina diária. Apesar de suas perseguições, as vendas: “além de garantirem internamente o estável e seguro abastecimento das populações mineiras, as vendas tornaram-se, externamente, importante fonte de recursos para o Estado metropolitano.”⁸⁹

As vendas e tavernas eram locais de comercialização de aguardente e de socialização que permitiam que as pessoas consumissem a aguardente no local, sendo um espaço de convivência que evidenciava os perigos da embriaguez para a sociedade da época. Defronte com a moralidade do período, frequentar esses estabelecimentos era sinal de ociosidade.⁹⁰ Na carta “Informação de serviço de José Xavier da Silva Toledo, a respeito dos prejuízos e desordens causados à ordem pública e ao soberano, a existência de vendas e lojas que comercializam aguardente”⁹¹ observamos o caso da Lavra de Santa Luzia pela visão de José

⁸⁷ Júnia Furtado, op. cit.

⁸⁸ Idem, p. 256

⁸⁹ Luciano Figueiredo, O avesso da memória, 1999 [1993], p. 44

⁹⁰ Idem. “Essas ocorrências, confrontando-se com a moral vigente, eram caracterizadas como manifestações de ‘ociosidade’ pelas camadas dominantes” p. 44

⁹¹ APM - Acervo Secretaria de Governo da Capitania, Caixa 67, Documento 22 “Informação de serviço de José Xavier da Silva Toledo, a respeito dos prejuízos e desordens causados à ordem pública e ao soberano, a existência de vendas e lojas que comercializam aguardente”

Xavier da Silva Toledo, homem que, ao que deixa a entender na carta, é proprietário de escravos na região. Nesse documento, descreve a noite que um homem escravizado da região retornou com graves ferimentos de uma noite de embriaguez, evidenciando as violências e perigos ocasionados pela existência das vendas onde se pode consumir a aguardente da terra. Nesse caso as vendas faziam a distribuição do produto dos engenhos dentro das áreas mineradoras e causava conflitos de classe. Apesar de casos como esse, havia, por parte das autoridades, certas dificuldades a serem superadas. Segundo Figueiredo: “Se, por um lado, esses extensos argumentos justificavam a proibição de vendas, ou outro qualquer tipo de comércio varejista próximo às lavras, por outro, criavam um grande problema de abastecimento nessas áreas.”⁹² Com isso os proprietários conseguiam seguir a sua modalidade comercial, apesar de atentarem contra a moral vigente.

Os vendeiros precisavam pagar um subsídio local para o comércio de aguardente como vemos nos documentos fiscais: “*Listas do que vendeu aguardente da terra aos frascos, e pagou o real subsídio ao tesouro desta freguesia*” e o posterior “*Listas do que vendeu aguardente da terra aos frascos, e pagou o real subsídio ao tesouro desta freguesia de Baependi, 1772*”⁹³ contabilizam o primeiro e o segundo trimestre do subsídio relativo às vendas na freguesia de Baependi.

O primeiro trimestre de 1772 registrou em Baependi dois vendeiros que negociavam a aguardente da terra aos frascos, ou seja, em varejo, tendo pagado cada um o valor do subsídio de 225 réis mensais ou 6 vinténs. Um valor diferente do registrado pela pesquisa de Chaves. No segundo trimestre o vendeiro Antonio Alves da Silva foi o único registrado que fazia o comércio de aguardente da terra na freguesia de Baependi em 1772, sendo certificado pelo oficial responsável que não havia outros na tal freguesia. O fato de o último mês Francisco Xavier Ferreira coincidir com o primeiro de Antonio Alves da Silva pode representar diversas formas de mudança no comércio local. É possível que as vendas tenham coexistido e em pouco tempo uma tomou o lugar, figurativamente falando, da outra na freguesia, ou mesmo se o segundo vendeiro assumiu o próprio espaço físico do primeiro, mas por mudança de proprietário ambos tiveram que pagar. Essa documentação mostra que esse comércio passava por certa regulação, ao menos era esperado que fosse feita a declaração de maneira trimestral e poderia ser feito por poucas figuras em uma freguesia como a de Baependi, situada na região sul da comarca do rio das mortes e no caminho velho.

⁹² Luciano Figueiredo, op. cit., p. 53

⁹³ Os documentos se encontram na pasta “Casa dos Contos - Caixa 77 - 20061” e têm sua transcrição no anexo 2

Já no documento “*Lista das pessoas que tem pago o real subsídio nesse distrito da Lagoa de Juruoca nesses últimos tres meses do presente ano de 1772*”, no local, também na comarca do Rio das Mortes, temos uma lista de 24 nomes, dentre os quais um grupo de três comerciantes pagam um valor equivalente ao dobro dos demais⁹⁴, esse grupo é composto por três homens forros. Os outros 21 pagaram o valor de 6 vinténs mensais, esse grupo é composto por 13 mulheres e 8 homens, dentre os quais 4 mulheres e 2 homens estavam na condição de escravizados. Dessa forma observamos um grupo heterogêneo de vendeiros e similares no comércio da aguardente.

As negras de tabuleiro e o consumo dos doces:

As negras de tabuleiro eram, segundo Figueiredo, um grupo heterogêneo de mulheres, forras ou escravizadas e nem sempre negras, que levavam alimentos e bebidas para vender nas praças, arraiais e, de maneira quase sempre proibida, nas lavras. Por venderem seus quitutes nas regiões de mineração eram acusadas de desviar os jornais dos escravos garimpeiros e contrabandear ouro. Os seus produtos de modo geral incluíam derivados da cana-de-açúcar. Entre eles os doces e bolos, que eram normalmente feitos com açúcar, rapadura ou melado; a aguardente também era muito comum; a rapadura e o melado além de ingredientes eram vendidos para o consumo puro. Por fazerem a distribuição desses produtos através de seus tabuleiros, popularizaram o consumo de alimentos açucarados e da aguardente da terra.

Enquanto as negras de tabuleiro comercializavam seus doces para a população pobre, despossuída ou escravizada. Podemos conhecer o consumo dos doces e do açúcar de proprietários urbanos e fazendeiros de posse através dos relatos de viajantes e cartas particulares guardadas no arquivo da casa dos contos. Os viajantes europeus britânicos John Mawe, e John Luccock e o francês Auguste de Saint-Hilaire descreveram os doces mineiros em seus relatos.

Saint-Hilaire descreve as marmeladas e relata que apesar de não retirarem as sementes e o miolo, considerou o sabor como quase tão bom quanto o da marmelada de Orléans, sua cidade natal, famosa pelo doce.

As macieiras e os marmeleiros deram muitas frutas e a colheita do marmelo é mesmo muito importante para a vila de São Bartolomeu, capital de freguesia, à uma légua e meia de José Henriques. Não há, me asseguraram, ninguém em São Bartolomeu que não tenha um pomar plantado de marmeleiros e algumas macieiras, os habitantes fazem com seus marmelos um doce muito renomado, os colocam em caixas feitas de

⁹⁴ O valor é anotado como $\frac{1}{4}$ de oitava e 4 vinténs o que seria equivalente a 12 vinténs, dessa forma o somatório do trimestre valor de 1 oitava e 4 vinténs. O valor pago pelo segundo grupo é de 6 vinténs mensais ou $\frac{1}{2}$ oitava e 2 vinténs por trimestre.

uma madeira branca e leve que é chamada de caixeta, e não somente vendem essas caixas à Vila Rica e seus arredores, mas também as enviam ao Rio de Janeiro⁹⁵

As geleias, no entanto, não receberam o mesmo enaltecimento de Saint-Hilaire. O viajante comentou que eram muito consumidas na região, mas que eram excessivamente doces e mal se podia identificar o sabor da fruta em meio ao açúcar⁹⁶. Luccock mencionou as qualidades do doce feito de goiabas, um relato fora do convencional para o período no qual predominava o relato da marmelada.⁹⁷ Tanto Saint-Hilaire quanto John Mawe⁹⁸ comentaram o costume de consumir os doces como sobremesa, mas enquanto o Francês critica seu sabor demasiado açucarado o inglês enalteceu o sabor dos doces que consumiu, ditos feitos na própria fazenda que visitava na região de borda do campo.

O açúcar também figurava na cultura dos presentes, sendo tanto enviado para um parente ou amigo distante, como uma cortesia para um visitante especial. John Mawe, recebeu em Vila Rica, após visitar algumas figuras, o açúcar e doces, assim como café, queijo e pão, alimentos que refletiam a cultura alimentar mineira levados pelo intrigante viajante inglês.⁹⁹

Observando documentação epistolar do acervo da casa dos contos pode ser encontrada a menção do açúcar em algumas poucas ocorrências. Em carta de março de 1749¹⁰⁰, José da Cunha Macedo afirma estar mandando “para esta sua casa um barril de açúcar do melhor” para o Tenente João de Siqueira, a quem parece ter uma relação de amizade. Não é possível saber a origem do barril de açúcar que pode tanto vir de um engenho mineiro como de outra capitania, no entanto, a carta indica o consumo do açúcar nas cidades mineiras ainda na primeira metade do século XVIII.

Através de duas cartas, que mandou Ana Joaquina ao seu pai, o capitão João Ribeiro da Silva, datadas de setembro de 1786 e de maio de 1787¹⁰¹ pode-se ver o uso do açúcar por uma família de Vila Rica. Na primeira carta, Ana Joaquina avisa estar enviando para os irmãos produtos que devem ter chegado junto das notícias do pai “levam as encomendas a saber o barril de vinho e duas dúzias de bombas e uma arroba de açúcar e meia libra de pimenta e uma garrafa de vinagre e os sapatos”. Na primeira carta o açúcar é enviado para a família em Vila Rica, sem a descrição do seu uso. Já na carta posterior, Ana Joaquina pergunta ao pai se ela pode dar meia

⁹⁵ Saint-Hilaire, tomo 2, *Voyage dans le district des Diamants et sur le littoral du Brésil*, p. 179. Tradução nossa.

⁹⁶ Saint Hilaire comenta o açúcar excessivo tanto no primeiro tomo “Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes” em Vila Rica e no segundo “Voyage dans le district des Diamants et sur le littoral du Brésil” na região de Minas Novas (tomo 1 p. 201 e tomo 2 p. 18).

⁹⁷ John Luccock, *Notes on Rio de Janeiro*, 1820, p. 47

⁹⁸ John Mawe, *Travels in the interior of Brazil*, 1812, p. 153

⁹⁹ Idem, p. 166

¹⁰⁰ na pasta 20340, Acervo da Casa dos Contos, Caixa 93, Arquivo Público Mineiro

¹⁰¹ ambas na pasta 30286, Acervo da Casa dos Contos, Caixa 47, Arquivo Público Mineiro

arroba de açúcar para que Dona Anna faça doces para a festa de Santo Antônio. Nessa segunda carta percebemos que o ingrediente era utilizado no intuito de fazer doces, também é visível o valor que o açúcar tem para essa família já que pede ao pai em uma carta para dar uso a ele.

A serra da Mantiqueira

A Serra da Mantiqueira é uma barreira natural que desafiava aqueles que tentavam transpô-la a pé ou com animais. Seus trechos de principal elevação são representados no mapa a seguir, e os diferentes patamares de altitude são representados com cores de menor à maior intensidade do amarelo palha ao vermelho entre 1000 e 2500 metros de altitude. As altitudes do nível do mar aos 1000 metros não foram representadas em patamares para uma facilitar a visualização das formações de serra. No mapa também é possível localizar a Serra do Mar.

A geografia da Serra da Mantiqueira foi aproveitada pelas autoridades régias para controlar a entrada e saída de mercadorias de Minas Gerais através de suas passagens. Foram estabelecidos registros, sendo o principal deles conhecido como o registro da Mantiqueira, ele ficava num ponto estreito entre as montanhas que reduzia a chance de evasão. Sua localização aproximada está assinalada no mapa a seguir em forma de um triângulo verde.

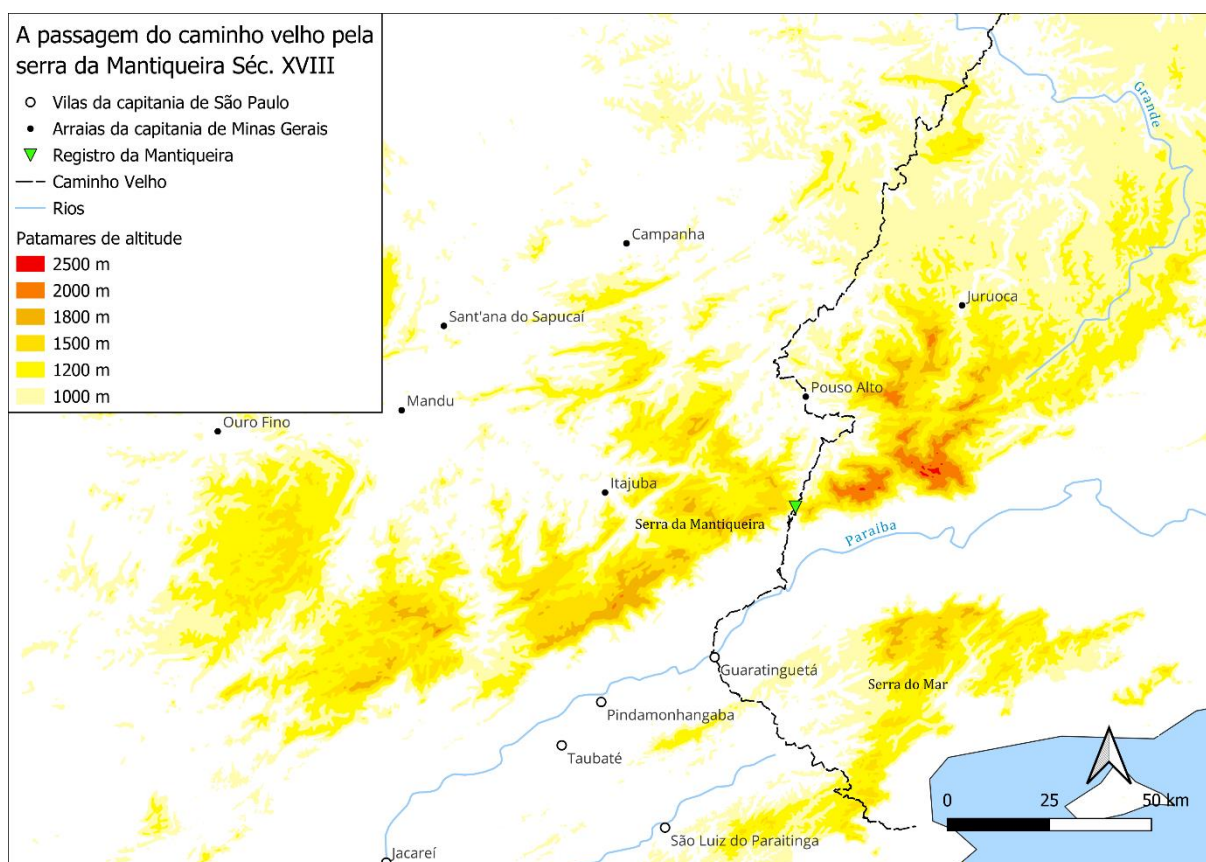


Figura 7: A passagem do caminho velho pela serra da Mantiqueira Séc. XVIII

As rotas e os mapas:

Abordando os mapas “Mapa da capitania de Minas Gerais com as divisas de suas comarcas”¹⁰², de José Joaquim da Rocha, e o “Mapa topográfico e hidrográfico da capitania de Minas Gerais”¹⁰³, de autoria desconhecida, podemos observar duas representações do final do século XVIII das rotas utilizadas. Com o recorte para o comércio centro-sul, pode-se notar que ambos representam de maneira similar o caminho novo como a única rota interligando as capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, por outro lado dois mapas apresentam alternativas distintas ao caminho velho para o comércio com a capitania de São Paulo. Pode-se ver na digitalização dos mapas as diferenças desses caminhos, assim como na interpretação que elaborei através da cartografia digital temática. Para demarcar as rotas foi seguido o traçado do relevo e caminho dos rios para supor com maiores detalhes os caminhos. Seguir apenas os pontos de referência desses mapas poderia resultar em traçados artificiais pois essas referências ficam a dezenas de quilômetros de distância umas das outras. A vila de São João d’el Rey foi utilizada como ponto final unificante das rotas por ser tanto uma localidade com destaque comercial e ser cabeça da comarca do Rio das Mortes, como também ser um ponto por onde os caminhos convergem e novamente se separam para a se direcionar às outras comarcas. As rotas são representadas com a linha tracejada, a rota azul representa os trechos semelhantes, já em vermelho (Figura 8) e em verde (Figura 9) são representados os trechos divergentes. As divisas entre as Capitanias são representadas com as linhas pontilhadas seguindo traçados baseados nos presentes no mapa de José Joaquim da Rocha.

¹⁰² O mapa “Mappa da Capitania de Minas Geraes” de autoria de José Joaquim da Rocha e datado do ano de 1778, no acervo da Biblioteca Nacional, será referido como Mapa de Rocha no restante do capítulo, consta imagem de digitalização no Anexo 3

¹⁰³ O mapa “Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Gerais” de autoria e data desconhecida, no acervo da Biblioteca Nacional, será referido como Mapa Topográfico no restante do capítulo, consta imagem de digitalização no Anexo 4

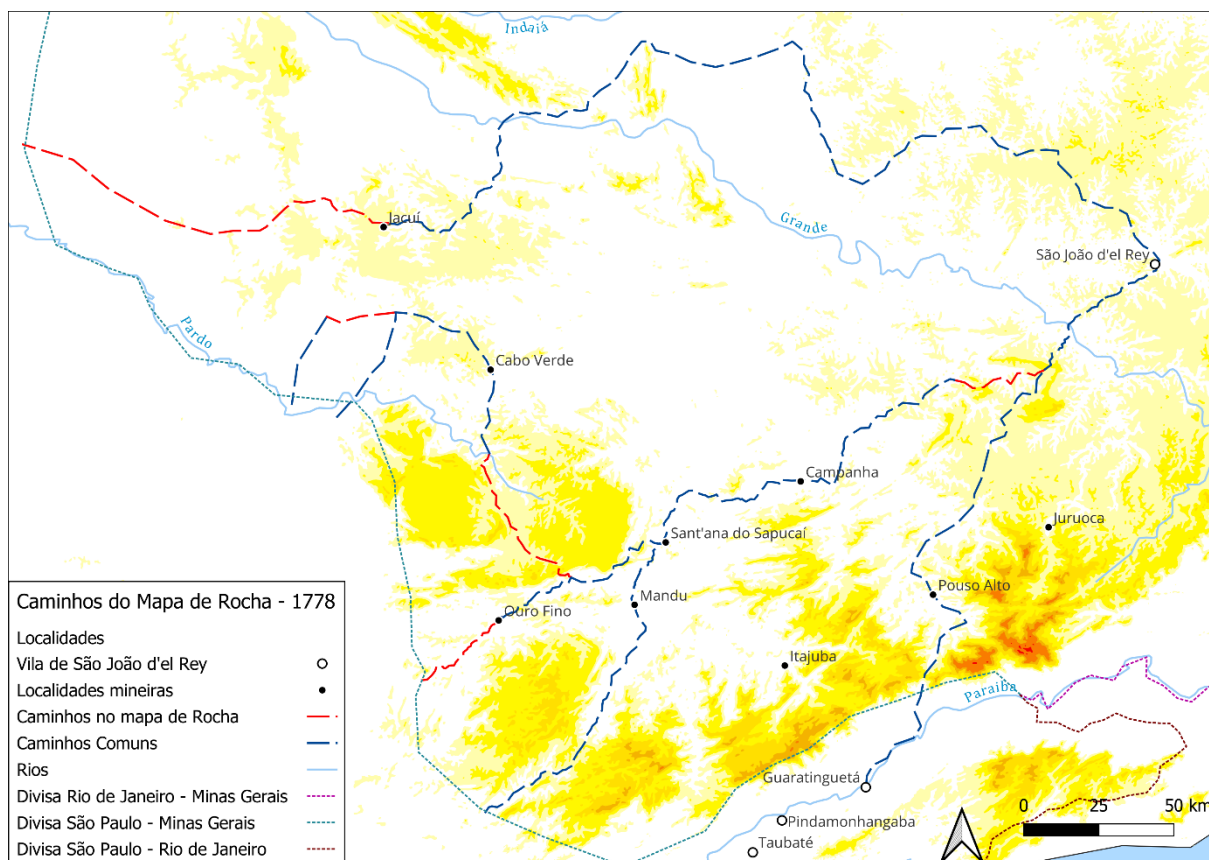


Figura 8: Caminhos do Mapa de Rocha - 1778

A observação da interpretação das rotas entre a capitania de São Paulo e a capitania de Minas Gerais a partir do mapa de Rocha nos mostra cinco entradas. A mais oriental delas é o caminho velho que cruza o rio Paraíba e a serra da Mantiqueira na divisa entre as capitanias. A oeste estão as estradas que passam pelas localidades de Ouro Fino e Mandu, entradas relacionadas à região produtora de cana-de-açúcar paulista conhecida como o quadrilátero do açúcar¹⁰⁴. Finalmente, no lado oriental do mapa, estão duas entradas cruzando o rio Pardo, muito próximas e separadamente uma mais ao norte que provavelmente se ligava com o caminho de Goiás.

¹⁰⁴ Termo criado originalmente por Caio Prado Jr. foi readequado por Maria Thereza Petrone na sua obra "A Lavoura Canavieira em São Paulo" de 1968. O quadrilátero formado pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiá teve proeminente produção açucareira principalmente a partir da década de 1780.

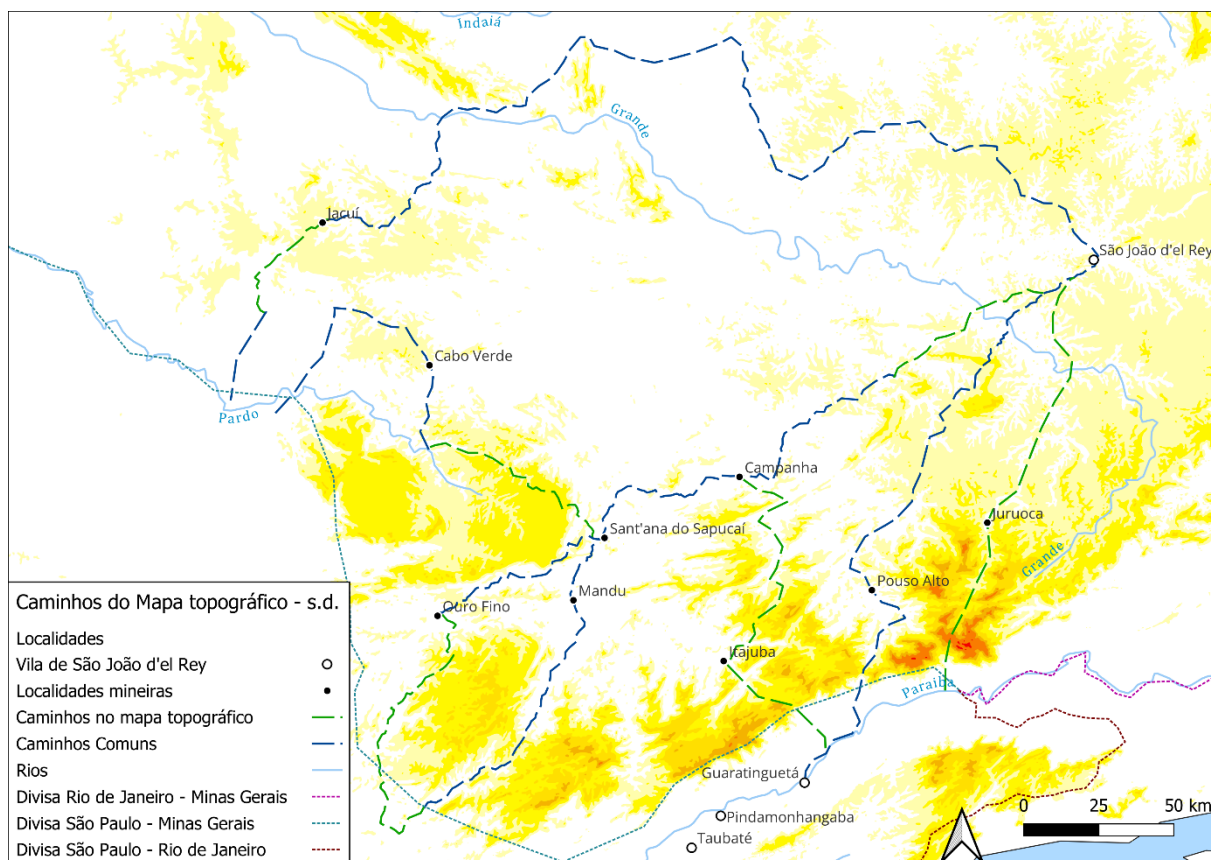


Figura 9: Caminhos do Mapa topográfico- s.d.

Similarmente ao mapa de Rocha, o mapa anônimo, com a alcunha de topográfico e hidrográfico nos mostra as rotas mais usuais que interligavam Minas Gerais e as outras capitanias, sendo uma com o Rio de Janeiro, pelo caminho novo, e sete entradas por São Paulo. O caminho velho nesse mapa foi apresentado ao lado de duas rotas, uma a oeste e a outra a leste, todas se originando no Vale do Paraíba. Essas rotas eram provavelmente alternativas ao caminho velho e possivelmente originadas no intuito de contornar o registro da Mantiqueira e seus impostos. O mapa também parece indicar uma maior proximidade nas origens das rotas passando por Ouro Fino e Mandu, mas mantendo o direcionamento à região açucareira. Já os caminhos que cruzam o Pardo têm maiores diferenças, as travessias do rio não convergem em uma rota e a leste segue uma rota similar enquanto a oeste se direciona uma rota ao norte. Essas divergências nas representações das rotas nos mostram, tanto como diversos caminhos poderiam ser utilizados pelos tropeiros para o comércio de seus produtos como um possível desconhecimento relativo por parte das autoridades das formas como se era feito

Dentre as rotas paulistas destaca-se o caminho velho cuja entrada passava pelo registro da Mantiqueira como assinalado no mapa de Rocha. Explorei os documentos do registro da Mantiqueira através do acervo da Secretaria de Governo da Capitania, parte do Arquivo público

mineiro, e encontrei apenas dois mapas de rendimentos do registro datados do início do século XIX¹⁰⁵. Esses documentos mostram um comércio frio dos derivados de açúcar, estando presente em apenas um dos dois mapas a aguardente, sem a presença de qualquer tipo de doce. A aguardente presente nos mapas está sendo importada pela capitania de Minas Gerais.

Conclusões parciais

O comércio foi para Minas Gerais um fenômeno muito presente, ocorrendo nas lavras, campos e cidades e onde se envolviam forros e escravizados. Algo esperado em uma região onde se tem um rápido crescimento populacional no intuito de objetivamente tirar dinheiro do leite dos rios. No entanto, após o declínio da mineração e mesmo com a escassez do ouro em pó para uso como moeda se tem uma continuidade desse comércio através dos produtos que passaram a ser produzidos na capitania.

Esse comércio chegava e deixava a capitania por meio dos tropeiros que a interligavam às redes comerciais do império português. Mercadorias vindas de além-mar entravam na capitania por meio do Caminho Novo, mas por diversos caminhos a comarca do Rio das Mortes podia negociar com os paulistas. Dentro da capitania, os produtos se espalhavam carregados pelas mulas que compunham a tropa dos tropeiros. Eram, então, distribuídos em lojas e vendas ou mesmo chegavam ao consumidor através de vendedores ambulantes como as negras de tabuleiro e os mascates.

Dentre o que foi produzido e comercializado dentro da própria capitania, temos destaque nos subprodutos da cana-de-açúcar que, tendo sido feitos nos perseguidos engenhos mineiros, alimentavam e embebedavam os mineiros. Enquanto o açúcar branco compunha os doces das mesas mais fartas, alguma rapadura e aguardente eram mínimos confortos de um escravizado depois de um dia laborioso nas lavras.

¹⁰⁵ SG-Cx.96-Doc.80 Mapa da exportação dos produtos da Capitania de Minas Gerais, pelo registro da Mantiqueira, no 3º trimestre de 1816; SG-Cx.112-Doc.35 Comunica que o administrador do registro remeteu à intendência da comarca os rendimentos relativos ao 3º trimestre de 1819 Incluso Mapas de Importação e Exportação.

Capítulo 3 - A capitania de São Paulo e a cana-de-açúcar voltada ao consumo interno (1765-1822)

Durante o século XVIII, a capitania de São Paulo passou por diversas mudanças políticas e geográficas, tendo, inicialmente, englobado enormes territórios incluindo as regiões que viriam a se tornar as capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Posteriormente, passou por uma sucessão de cortes em seu território até finalmente perder de sua autonomia política entre os anos 1748-1765. Por voltar sua indústria ao suprimento dessas regiões, é anexada ao Rio de Janeiro no mesmo momento em que as duas últimas se tornam capitanias.¹⁰⁶ Com a restauração da capitania de São Paulo se procedem grandes mudanças econômicas. Principalmente devido a uma nova instauração¹⁰⁷ da produção exportadora de açúcar e derivados.

Entre 1765 e 1822 as formas de produção rural deixaram o primado do pequeno produtor para o domínio do grande proprietário e da agricultura escravista. Sobre esse período Maria Luiza Marcílio mostra que apesar dos agricultores familiares terem aumentado em número, foram as plantações de grandes proprietários que passaram a dominar o cenário rural paulista.¹⁰⁸

O comércio também sofreu grandes alterações. Como observado por Ilana Blaj, as tradições mercantis da capitania remontam ao século XVII voltada principalmente às negociações de mantimentos voltada aos mercados da própria América portuguesa.¹⁰⁹ No período da restauração da capitania em 1765, alguns agricultores enriquecidos do interior da capitania tentaram participar do lucrativo negócio do açúcar. Com intenção inicial de renovar o antigo comércio com as Minas, os paulistas encontraram dificuldades em adentrar o mercado já suprido pela produção local e do Rio de Janeiro e tiveram que procurar o mercado local e o exportador. No entanto, a exportação era um processo dificultado pela geografia da Serra do Mar. O movimento para a exportação foi promovido inicialmente por Morgado de Mateus (g. 1765-1775).¹¹⁰ Mais tarde os Governos de Bernardo José de Lorena (1788-1797) e António Manuel de Melo e Castro Mendonça (1797-1802) tentaram fortalecer as exportações paulistas

¹⁰⁶ Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, 1942 e Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e fronteiras*, 1957, expressam a importância do direcionamento povoador e comercial para o que enxergaram como a decadência da capitania de São Paulo.

¹⁰⁷ A retomada da produção açucareira em a partir de 1765 representou praticamente algo novo pois os primeiros engenhos da capitania estiveram em atividade num período iniciado dois séculos antes e durado até próximo do começo do século anterior. Essa produção é analisada por Ferlini em *Fazendas e engenhos do litoral vicentino*, 2020

¹⁰⁸ Marcílio, *População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança*, 1983

¹⁰⁹ Ilana Blaj, *A trama das tensões*, 2002

¹¹⁰ Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo*, 1968

de modos contraditórios, o primeiro restringiu a cabotagem para fortalecer o comércio atlântico e o segundo às encerrou para ampliar a liberdade comercial.¹¹¹

Essas diferentes políticas incentivadoras do comércio exportador foram centrais para o aumento da capacidade de uso do açúcar, pois como demonstrou Petrone: “O desenvolvimento da cultura canavieira deve-se, antes de mais nada, à absorção do açúcar paulista por parte dos mercados atingidos por via marítima e não pelo das minas.”¹¹² Sendo assim, foi justamente através desse potencial exportador que a cana pode alcançar um volume produtivo realmente significativo. No entanto, devido ao desenvolvimento dessa cultura na região de Serra Acima, como explica Mont-Serrath: “Não bastava possuir engenho, era necessário possuir mercado, e, mais ainda, dever-se-iam gerar condições favoráveis para que, por exemplo, os navios chegassem ao porto de Santos com o expresso intuito de carregar os produtos da capitania paulista”¹¹³. A infraestrutura para escoar essa produção foi, portanto, central, assim como o próprio aumento das embarcações mercantes no porto de Santos.

As dimensões da exportação feitas nesse porto foram avaliadas por Petrone, que o visualizou como um espaço que participava tanto de um comércio de cabotagem ao Rio de Janeiro como diretamente para a metrópole:

A importância do mercado carioca para o açúcar exportado de Santos pode depreender-se graças a uma série de dados. Do total de 140.952 arrobas de açúcar exportados por Santos em 1799, 92.944 tinham esse destino. Para Lisboa foram somente 37.608 arrobas. Taunay, baseando-se em mapas de Melo e Castro e Mendonça para 1801, afirma que Santos exportou para o Rio de Janeiro 32.182 arrobas de açúcar e para Lisboa 34.201. Segundo Spix e Martius, entretanto, para o mesmo ano temos uma exportação de somente 13.359 arrobas de açúcar para Portugal.¹¹⁴

Essa discussão foi reavaliada posteriormente por Moura¹¹⁵ e Beier¹¹⁶. No entanto, enquanto Beier conclui uma dependência entre Santos e o Rio de Janeiro para sua exportação e assim posiciona São Paulo como parte da hinterlândia do Rio de Janeiro. Moura observou que enquanto o açúcar iria ser primariamente enviado ao porto carioca para ser exportado, outros produtos, incluindo a aguardente de cana, eram negociados diretamente com os mercados por cabotagem ou mesmo enviados diretamente ao Porto e Lisboa.¹¹⁷ E apesar de o açúcar ter o

¹¹¹ Renato de Mattos, *A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império português*, 2009.

¹¹² Petrone, op. cit., 1968, p. 167-168

¹¹³ Pablo Mont-Serrath, *Dilemas e conflitos na São Paulo Restaurada*, 2007, p. 99

¹¹⁴ Petrone, op. cit., p. 172

¹¹⁵ Moura, *Entre o atlântico e a costa*, 2013

¹¹⁶ Beier, *Do sertão para o mar*, 2022, p. 14

¹¹⁷ Moura, op. cit., 2013, p. 109

maior valor, Santos mantinha independência operacional. Nesse sentido, o porto de Santos apresentou-se como elemento central dentro da estrutura do comércio açucareiro em São Paulo.

O comércio interior

A produção açucareira paulista pode ser dividida em três regiões principais com características próprias, a região costeira, o vale do Paraíba e Serra Acima, onde se localiza o “quadrilátero do açúcar”¹¹⁸. A mais antiga é a região costeira onde nas proximidades de São Vicente já havia tido alguns engenhos entre os séculos XVI e XVII. Apesar de ter sido abandonada devido à redução da lucratividade da atividade no início do século XVII apresenta uma tradição muito anterior para a produção de açúcar na Capitania.¹¹⁹ Sabemos que ela retorna pelo menos a partir da década de 1760, mas provavelmente ainda antes. Na vila costeira de Ubatuba é certo que tenha havido uma indústria de aguardente nesse período devido aos pedidos para serem eximidos de imposto em 1762.¹²⁰ A capacidade portuária de Ubatuba e a proximidade de São Vicente ao porto de Santos permitiram a essas vilas que tivessem o retorno do fabrico com maior facilidade do que as vilas Serra Acima, devido um menor custo de transporte. Mais tarde, em 1801 é registrado que houve um aumento no número de engenhos nos últimos anos nas de São Sebastião e Ubatuba com a soma de 20 engenhos de açúcar e 16 de aguardente.¹²¹ Esse fato demonstra que a vila de São Sebastião também estaria envolvida na transformação da cana-de-açúcar. É possível inferir devido à constatação de um crescimento que a produção já ocorria há, ao menos, alguns anos.

¹¹⁸ região que englobava as vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiá

¹¹⁹ Ferlini, *op. cit.*, 2020. Apesar de atestar a impossibilidade de se ter precisão nas estimativas a autora estipula que a produção foi significativa: “Se tomarmos uma média anual de 6 engenhos, até 1590, e cada um produzindo 900 arrobas, teríamos 5.400 arrobas anuais, período em que, a capitania de São Vicente teve significação pioneira na produção de açúcar, quase o equivalente à totalidade das exportações coloniais entre 1532 e 1548.¹⁹ Os dados sobre a população vicentina são variados, mas permitem algumas estimativas. Entre 1546 e 1548, seriam 600 portugueses e 3.000 índios, em seis engenhos. Os colonos, em 1570, eram 2.750, mas se estimava quatro engenhos funcionando. Com a diminuição da lucratividade açucareira na região, em 1585, estariam em funcionamento quatro engenhos, e a população de portugueses era de 1.650 habitantes, com cerca de 1.000 indígenas.” p. 14

¹²⁰ Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino - São Paulo - Acervo Alfredo Mendes Gouveia, Caixa. 23, Documento 2169 - 22/05/1762 - pedido de Ubatuba para serem eximidos do imposto incidente na aguardente

¹²¹ Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino - São Paulo - Acervo Alfredo Mendes Gouveia, Caixa. 53, Documento 4112 - anexo J - Requerimento do mesmo (João José da Silva Costa), aos oficiais da Câmara (de São Sebastião) pedindo atestado datado de 30/12/1801. Consta transcrição do documento por Alfredo Mendes Gouveia: “Ter havido 11 fábricas de açúcar e 14 de aguardente, quando chegar à vila e haver naquela altura 20 e 16, respectivamente. Se, por esse aumento, os valores dos dízimos nesse triênio foram de 8 contos e 800 mil réis e do novo imposto de 2 contos e 200 mil réis, tendo sido arrematados por 1 conto e 800 mil réis e 100 mil réis aproximadamente, se arrematar por 2 triênios, os dízimos e o subsídio literário das vilas de São Sebastião e de Ubatuba, e se, pelo mesmo tempo, arrematava o novo imposto da vila de São Sebastião e por algum triênio, o da de Ubatuba, se fora pagador da tropa por algum tempo, recebendo depois do Real erário.”

Já as vilas de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luís do Paraitinga, Jacareí, Mogi das Cruzes e a cidade de São Paulo certamente estavam envolvidas com alguma produção talvez incipiente na década de 1770, por se unirem para pedir uma maior perseguição da cana-de-açúcar cultivada em Minas Gerais para possuírem o comércio de seus subprodutos.¹²² Um mapa foi elaborado para observar as relações geográficas dessas vilas.

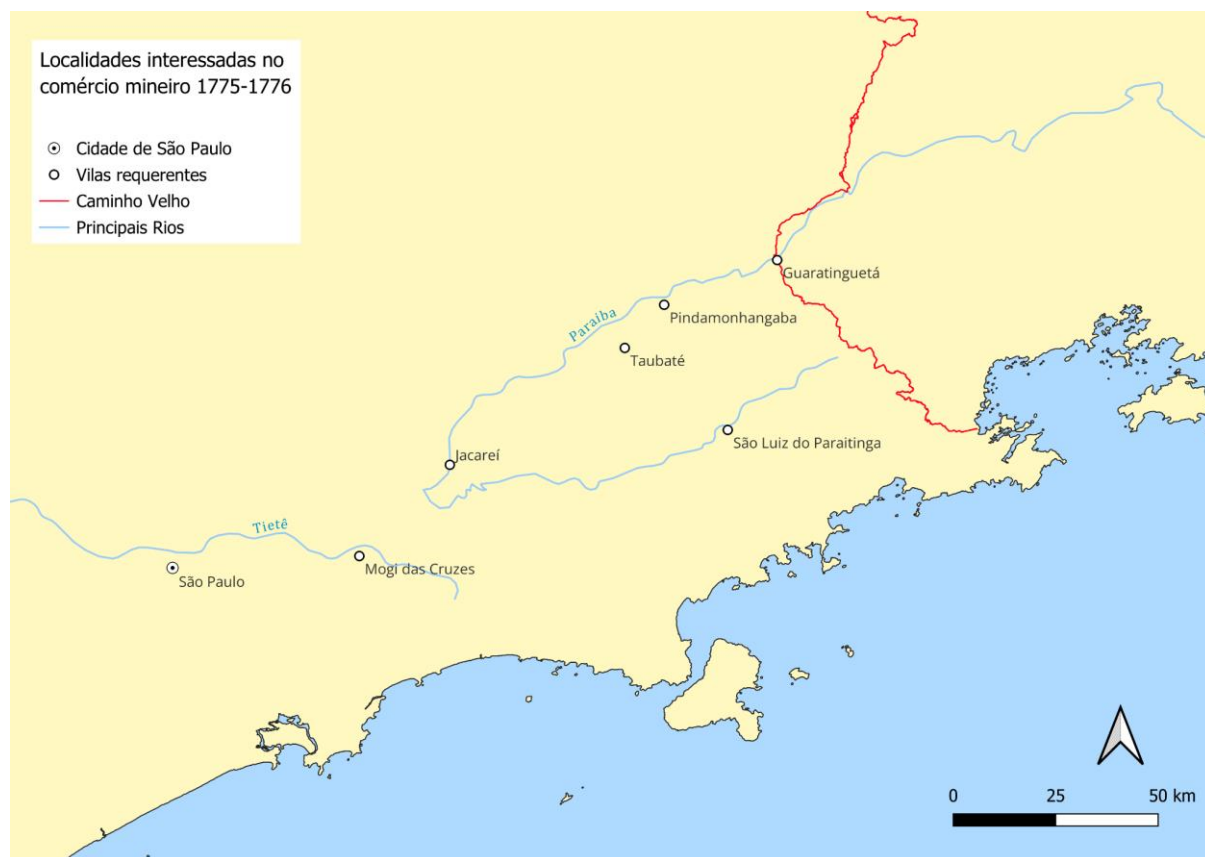


Figura 10: Mapa das localidades interessadas no comércio mineiro 1775-1776

Como pode ser observado no mapa, essas vilas, localizadas na região do vale do paraíba ou em sua proximidade, estavam tradicionalmente relacionadas ao comércio com a capitania mineradora. Algumas são conectadas pelo próprio Rio Paraíba ao caminho velho, em trecho navegável. Essa ligação com o caminho velho facilitava o transporte para a capitania de Minas Gerais principalmente para a comarca do Rio das Mortes. A adjacência com Minas Gerais possivelmente ainda possibilitava o conhecimento dos produtores paulistas sobre a

¹²² Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino - São Paulo - avulsos, Caixa. 7, Documento 397. 1775-1776, descrito pelo acervo como: “Ofícios (cópia) dos oficiais, respectivamente das câmaras das vilas de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luís do Paraitinga, Jacareí, Mogi das Cruzes e a cidade de São Paulo, a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, datados entre 4 de novembro de 1775 e 7 de dezembro de 1776, todos do mesmo teor, solicitando que se proíba as plantações de cana-de-açúcar e de tabaco nas Minas Gerais, assim como o fabrico da aguardente, na mesma região onde são notoriamente prejudiciais que se as incentive naquelas vilas de São Paulo que tanto necessitam de comércio próprio.”

potencialidade de consumo na região. Através dos registros do caminho velho Carrara observou que algum açúcar entrava em Minas desde 1774, segundo ele: “As cargas provinham de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Bragança Paulista, Taubaté, e destinavam-se a Campanha, Itajubá, São João del Rei.”.¹²³ Fator que corrobora a ligação comercial do açúcar entre o Vale do Paraíba e adjacências com a comarca do Rio das Mortes.

Apesar de um comércio já iniciado e mantido, buscou-se uma maior participação através dos requerimentos. As representações dessas vilas e da cidade de São Paulo enviaram pedidos ao Governador Martim Lopes Lobo de Saldanha no período entre 4 de novembro de 1775 e 7 de dezembro de 1776. Esses pedidos solicitaram que se proibisse na Capitania de Minas Gerais o plantio da cana-de-açúcar e do tabaco e a destilação da aguardente, a posse de engenhos, como fora discutido no capítulo 1, era proibida na Capitania de Minas Gerais, proibição esta que, no entanto, não tinha grande efetividade em conter a produção do açúcar e da aguardente. Nas cartas exprimiam o descontentamento com o fato de que Minas deixara de se dedicar à mineração para se voltar à agricultura. Alegaram prejuízos ao Real Erário e aos interesses do rei. Os paulistas afirmavam que enquanto a produção dos engenhos e das fazendas de tabaco eram nocivas às Minas, a Capitania de São Paulo precisava de um incentivo ao comércio e a produção própria.

Ainda posteriormente, a região de Serra Acima participou do abastecimento de regiões mineradoras, não só na capitania de Minas Gerais, mas também na região das Minas de Goiás. Como observou Petrone a partir das atividades dos paulistas descritas por Manuel Cardoso de Abreu: “Dessa maneira, em 1783, uma parte da produção ainda bem minguada de açúcar nos lugares de Serra Cima seria destinada a abastecer as populações mineradoras.”¹²⁴. Pode-se inferir que, apesar de um insucesso em reduzir a cultura da cana e os engenhos na capitania mineira encontrou-se destino no mercado interno para parte dessa produção, a falta de especificidade pode-se referir, no entanto, às populações presentes nas minas de Goiás e nas minas de Cuiabá, que possuíam povoamento mais recente que Minas Gerais. A autora ainda relata uma troca de direção comercial nas décadas seguintes com entradas de açúcar e aguardente vindo de Minas Gerais e Goiás.¹²⁵ Essa mudança pode ser relacionada tanto a um maior direcionamento ao mercado externo do açúcar paulista como a um movimento de maré no qual capitanias alternavam funções de importar e exportar os produtos seguindo melhores preços.

¹²³ Carrara, *Minas e Currais*, 2024, p. 136

¹²⁴ Petrone, op. cit., 1968, p. 168

¹²⁵ Idem

Com a necessidade de um mercado para a ainda pequena produção paulista de açúcar, lutaram pela perseguição dos engenhos em Minas para que pudessem renovar o antigo comércio com a região. Segundo Mont-Serrath “São Paulo funcionou, em determinados momentos, como espécie de suporte às principais capitanias da colônia, fossem elas produtoras de açúcar ou de ouro.”¹²⁶ havendo perdido boa parte desse comércio com as Minas devido ao caminho novo e ao desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar na capitania mineradora, foi a essa função de suporte que a capitania almeja retornar nesse primeiro momento. Algo que mudou com o aumento da produção bruta de açúcar na região e das possibilidades de participar do mercado exportador.

Consumo local e exportação

Os engenhos passam a ter uma grande expansão com a maior viabilidade do mercado externo. Essa direção do comércio foi incentivada pela Coroa e possibilitou seu rápido crescimento da cultura da cana, favorecendo grandes produtores. Fator que em conjunto com um processo de interiorização da produção desenvolveu a infraestrutura da capitania.¹²⁷ Mont-Serrath explica como a Coroa desenvolveu a economia de exportação na capitania:

A própria Coroa portuguesa incitava um livre comércio entre as capitanias, uma vez que isso significava desenvolver a produção delas, estimular o comércio de modo geral, e abastecê-las de víveres essenciais à subsistência. Uma análise que supervalorize o mercado interno pode ofuscar o fato de que o primeiro meio pelo qual a agricultura da capitania de São Paulo passou de uma economia de abastecimento da colônia para uma de exportação não foi a mera vontade de seus governadores nem apenas a luz própria deles. É preciso ressaltar a importância desses administradores em tal empreendimento sem, entretanto, esquecer que havia ordens expressas da Metrópole para que se desenvolvesse esse tipo de agricultura na capitania. O sentido do estabelecimento de uma agricultura de exportação é enviar produtos para Portugal, e não para o mercado interno.¹²⁸

Podemos assim inferir que através das políticas exercidas pelos governadores a capitania de São Paulo passou a executar uma formulação comercial voltada ao comércio externo, intuito da Coroa. Passando com o desenvolvimento de uma cultura açucareira de uma capitania voltada ao abastecimento integração comercial centro e sul para uma voltada à economia de exportação. Diferentemente de engenhos em Minas Gerais, os moldes extensivos em algumas propriedades paulistas podiam produzir muito além do que o mercado interno seria capaz de absorver.

No início do século XIX, Spix e Martius analisaram a capitania de São Paulo e comentaram os relatórios da época a partir de suas observações:

¹²⁶ Mont-Serrath, op. cit., p. 90

¹²⁷ Petrone, op. cit., p. 223

¹²⁸ Mont-Serrath, op. cit., p. 105-106

De fato, no ano de 1808, citam as listas oficiais nada menos de 458 engenhos de açúcar e 601 alambiques para fabricação de aguardente, porém muitos desses engenhos preparam açúcar, sobretudo melado, apenas o necessário para o consumo próprio, e os alambiques, em muitas fazendas, são tão insignificantes que somente podem dar alguns quintos de cachaça. Esses pequenos aparelhos encontram-se, na maioria das 190 fazendas de criar, como parte indispensável da mobília, tanto quanto a natureza do terreno permite a cultura da cana.¹²⁹

Os autores expressam o fator da inconsistência nos engenhos na capitania paulista, analisado posteriormente por Petrone. Os viajantes visualizaram grande quantia de engenhos de açúcar e alambiques que produziam apenas para consumo próprio, algo que potencialmente envolvia o comércio local, em meio a alguns grandes produtores e exportadores. A autora complementou essas observações em suas ricas análises, nas quais visualizou uma grande inconsistência entre a relação da dimensão das propriedades e mesmo o tamanho da escravaria à quantia produzida.¹³⁰

Nesse período a agricultura da cana-de-açúcar na capitania de São Paulo já se encontrava bastante desenvolvida, tendo alcançado valores bastante altos de produção, comparáveis às outras capitanias exportadoras de açúcar. Por outro lado, mesmo com tamanha capacidade produtiva, o comércio local podia ser bastante vantajoso e representava uma parcela considerável, ocasionalmente excedendo 20% do valor total entre os subprodutos de cana comercializados em uma vila produtora.

Alguns mapas de população proporcionam maneiras de se analisar as produções e comércios locais, em alguns casos na descrição de cada fogo estão seus produtos e ao final um resumo do total. No entanto, os números no meio do texto e o resumo ao final podem ter resultados diferentes. Como é o caso do maço de população da vila de Taubaté no ano de 1807.

Na leitura das produções de cada fogo também estão descritos o que já foi consumido na vila, exportado ou por vender. Em 1807 é descrito que a vila fez o consumo de 518 canadas¹³¹ de aguardente, com o valor de 687\$000 o consumo de rapadura representou o valor 136\$500, já o açúcar consumido teve o valor de 501\$700. 200 arrobas de açúcar já haviam sido vendidas ao Rio de Janeiro, no valor de 180\$000. Restava ainda a ser vendida 4.576 arrobas de açúcar e 20 canadas de aguardente.¹³²

¹²⁹ Spix e Martius, v. 1, p. 181

¹³⁰ Petrone, op. cit.

¹³¹ devido ao baixo volume produzido e ao alto valor associado à essas canadas, média de 1325 réis, é provável que se tenha algum erro contabilidade e se estejam calculando em barris, em Guaratinguetá no mesmo período o valor por canada é em média 160 réis. Um barril tinha normalmente oito canadas.

¹³² Maços de população de Taubaté - 1807. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Já ao final, no resumo os números são 100 arrobas de açúcar e 110 canadas de aguardente nas quais 90 haviam sido consumidas na vila por 137\$400 réis e rapaduras não quantificadas no valor de 20\$000 réis. Números que se assemelham aos resumos dos maços de população dos anos de 1808 a 1810 onde não se é mencionada a produção de açúcar. E estão presentes apenas produtos consumidos na vila sendo esses uma quantia que varia entre 6.800 e 10.000 rapaduras e 85 a 262 barris de aguardente, números que multiplicados por seus valores de venda revelam um montante consideravelmente menor.¹³³ Nesse sentido, a contabilidade do corpo do texto parece ser mais valiosa para a análise do mercado interno paulista na vila de Taubaté.

Nesse sentido, com os números de 1807 pode se observar que a produção ainda não vendida representava a maior parte do valor. Esse fato mostra uma grande variabilidade para o valor da representatividade do mercado interno. Caso tanto o açúcar e a aguardente remanescentes fossem consumidas no local pelo mesmo valor, o consumo interno seria equivalente a 96,5% da produção. Por outro lado, se fosse toda vendida ao Rio de Janeiro o consumo local representaria 23,45%. Finalmente, se o açúcar fosse exportado e a aguardente consumida localmente o consumo local representaria 23,92%. Apesar de a maior parte que já havia sido consumido, ter sido feito localmente, é de se esperar que a maior parte do açúcar restante tenha sido enviado ao Rio de Janeiro, tanto pelo maior valor do produto na cidade (900 para cerca de 780 na vila) quanto por já ter obtido uma proporção considerável para o consumo local.

A análise do mapa de população de Guaratinguetá, revela semelhantes características de mercado interno.¹³⁴ A aguardente da terra foi produzida e consumida localmente em sua totalidade, ainda são consumidos 3 barris de aguardente do Reino. O açúcar por outro lado é quase totalmente enviado ao Rio de Janeiro, com exceção de 30 arrobas consumidas localmente. Diferentemente de Taubaté, nesta vila o açúcar foi vendido pelo mesmo valor do Rio de Janeiro. O menor consumo do açúcar, no entanto, não ocasionou queda na proporção do mercado interno. Apenas o comércio da aguardente representou 23,9% do valor comercial total.

Em Campinas, o cenário foi diferente, podemos observar na tabela derivada dos maços de população abaixo:

¹³³ Maços de população de Taubaté - 1808-1810. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹³⁴ Para a vila o Maço de População de 1809 é o único que apresenta a produção de derivados de cana dentro do recorte. Documento parte do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Produção e consumo de açúcar (em quintais) em Campinas 1808-1816:¹³⁵

Ano	Açúcar total	Açúcar consumido	Porcentagem consumida
1808	6349	300	4,725153567
1809	13380	180	1,34529148
1810	4668	553	11,84661525
1811	7258	35	0,4822265087
1812*	35000	600	1,714285714
1813	13384	100	0,747160789
1815	18000	150	0,8333333333
1816	12310	500	4,061738424
média percentual			3,219475634
média numérica	10764,14286	259,7142857	

*números de produção e consumo em arrobas

As relações entre as quantias de açúcar consumido e produção total mostram que todos os anos o açúcar foi consumido internamente em quantias razoavelmente pequenas. O máximo de 11,8% foi alcançado em 1810, um ano de produção excepcionalmente baixa. Apenas a partir da observação do açúcar já é demonstrada certa vocação de Campinas à produção para a exportação.

Produção e consumo de aguardente (em canadas¹³⁶) em Campinas 1808-1816:

Ano	Aguardente total	Aguardente consumida	Porcentagem consumida
1808	1146	300	26,17801047
1809*	12768	2768	21,67919799

¹³⁵ fonte: maços de população de Campinas anos de 1808-1816 com exceção de 1814. Todos no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹³⁶ Novamente as canadas parecem representar barris de 8 canadas devido ao valor. No mesmo sentido as “medidas”, medida usadas nos anos de 1809 e 1813 podem representar uma canada.

1810	598	64	10,70234114
1811	12000	600	5
1812	4500	200	4,444444444
1813*	75040	10600	14,12579957
1815	1800	500	27,77777778
1816	5000	1600	32
média percentual			17,73844642
média numérica	4174	544	

*números de produção e consumo em medidas.

Já nas análises relativas à aguardente encontramos valores mais significativos com uma média de 17,7% da produção anual sendo consumida localmente. Mesmo com o consumo maior da aguardente em relação ao açúcar, a produção da vila foi notavelmente mais voltada à exportação. Esses números demonstram como Campinas apresentou uma dinâmica bastante diferente das vilas do Vale do Paraíba observadas.

Nos relatos dos maços de população vemos os subprodutos sendo “extraídos” localmente, a escala dessa comercialização varia, no entanto os números são consideráveis o que demonstra uma cultura de consumo desenvolvida. Enquanto o açúcar possuía vantajoso comércio com o Rio de Janeiro, aguardente era muito consumida localmente, e apesar de um valor menor representava uma parcela considerável da arrecadação dos engenhos.

Com o crescimento da produção açucareira na capitania e grandes engenhos se desenvolvendo no final do século XVIII, a cidade de São Paulo mantém uma cultura de pequenos produtores voltados ao consumo local, segundo Denise Moura.

Os dois tipos de unidades produtivas de aguardente descritas acima, ou seja, as dos senhores de engenho e as dos lavradores em engenho alheio, não se restringiam apenas à produção da aguardente, ou seja, produziam também outros gêneros de subsistência ou negociados no mercado local da cidade, como milho, feijão, farinha de mandioca e algodão. Geralmente esses gêneros aparecem como “gasto com a própria família” e a aguardente sempre como “vendida na cidade”.¹³⁷

Esse tipo exercido na cidade de São Paulo demonstra as diferentes formas com a qual a cana-de-açúcar foi explorada na Capitania. Essa produção contra hegemônica era feita em pequenos engenhos e permitiu a difusão da aguardente na cidade formando um circuito de

¹³⁷ Moura. *De uma freguesia Serra Acima à Costa Atlântica*, 2012, p. 91

fabricação, comercialização e consumo local. Como já discutimos no primeiro capítulo sobre os agricultores familiares mineiros, Carrara apresenta a proposta de que a aguardente representava uma forma para os agricultores que produziam primariamente para o autoconsumo de ingresso nos circuitos de comércio.¹³⁸ Essa produção citadina provavelmente tinha essa característica.

Os maços populacionais da cidade de São Paulo indicam que a aguardente era feita na freguesia do Ó.¹³⁹ Esta que era a principal região agrícola da cidade teve em 1811 o número relatado de 16 produtores aguardente. A produção total desse ano foi de 232 canadas, o equivalente a 29 barris, uma média de 14,5 canadas por produtor. A variação de quantidade de aguardente feita por proprietário foi de uma canada até o máximo de 50 canadas. Pode-se notar na cidade de São Paulo no início do século XIX uma pequena produção voltada ao mercado interno, desenvolvida para suprir um consumo local. A escala de produção na cidade de São Paulo é bastante inferior às vilas açúcareiras da capitania, tendo um modo de operação mais semelhante ao observado nos engenhos da capitania de Minas Gerais.

O porto de Santos, o açúcar e as marmeladas

Espaço que viria a ser central nas futuras província e estado de São Paulo, o porto de Santos ainda era agente secundário nas exportações da América Portuguesa e mesmo para as exportações da capitania no início do século XIX. No entanto, dentre essa posição era certamente o maior ao sul do Rio de Janeiro. Segundo Moura:

Comparando a movimentação atlântica do porto de Santos com às do Rio Grande e Santa Catarina, percebe-se, de fato, que Santos recebia navios oriundos de Lisboa com regularidade. Portanto, neste porto em especial, da capitania de São Paulo, ocorreu também, embora em nível secundário, porém significativo, o desenvolvimento da atividade mercantil atlântica. Os produtos coloniais do porto de Santos estiveram sob a competição de dois circuitos mercantis: o do atlântico e o do mercado interno de abastecimento.¹⁴⁰

Mesmo com as operações Atlânticas, o porto não se destacou na exportação açucareira. Os subprodutos da cana-de-açúcar produzidos na capitania de São Paulo eram em sua maioria enviados ao Rio de Janeiro para partir do porto carioca ao mercado externo. Esses subprodutos, em especial o açúcar, eram transportados por trechos de terra e cabotagem, partiam dos portos de Paraty e Santos para a capital. As discrepâncias da dimensão da exportação de Santos e do Rio de Janeiro foi mostrada por Beier:

¹³⁸ Angelo Carrara, op. cit., 2024

¹³⁹ Maços de população de São Paulo - 1811. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁴⁰ Moura, *Entre o atlântico e a costa*, 2013, p. 100

Segundo os dados que constam no curto período registrado nas Balanças, o porto de Santos importou pouco mais de 169 contos de Réis, em um total de mais de 41 mil movimentados nos principais portos da América portuguesa e exportou aproximadamente 400 contos, em um montante que ultrapassa os 26 mil contos de Réis. Tais valores colocavam São Paulo na sétima posição (0,4%) dentre as capitânias que importaram produtos diretamente de Portugal nesse período, e na sexta colocação do comércio de exportação (1,5%). Por outro lado, os dados referentes à participação do Rio de Janeiro colocam esta praça na primeira posição, tanto no comércio de importação (38,6%) quanto no de exportação (35,2%). Neste período, a atividade mercantil do porto do Rio, segundo o estudo de Corcino Medeiros dos Santos, baseava-se no comércio do açúcar. Não por acaso esse autor qualificou o porto do Rio de Janeiro como “um porto do açúcar”, tal como os portos de Pernambuco (Recife) e Bahia (Salvador).¹⁴¹

A relevância do porto do Rio de Janeiro como exportador açucareiro do Centro-Sul favoreceu a manutenção de sua posição destacada. Fator que já era apoiado pela relevante produção de açúcar da capitania do Rio de Janeiro.¹⁴² Por outro lado, a fraca presença de Santos no comércio exportador já havia sido percebida décadas antes por Morgado de Mateus:

O Morgado de Mateus, em 1765, relatava a decadência da Capitania e das atividades do Porto de Santos, dado o declínio da mineração em Goiás e Mato Grosso. Na mesma época, Ordoñez reclamava que Santos, que em tempos passados havia sido “muito comerciante”, encontrava-se em grande decadência. Dados do recenseamento ordenado pelo governador, para aferir os níveis de riqueza da população da capitania de São Paulo, mostram, porém, para Santos, riqueza equiparável à área do comércio tropeiro e de mineração, Sorocaba e região de Itu, indicando riqueza provavelmente mercantil.¹⁴³

O porto de Santos mantinha sua relevância apesar de dimensões exportadoras consideravelmente menores que outros portos do açúcar. Uma dessas formas era pelo comércio com os mercados ao Sul, como explica Denise Moura:

A aguardente da capitania de São Paulo tinha, portanto, mais um caráter de abastecimento do mercado do continente, especialmente da parte sul, e não participava do circuito mercantil atlântico Rio de Janeiro-Luanda.

Seguido do Rio Grande, viria o que pode ser chamado complexo do rio da Prata e, desde a abertura dos portos, tanto Buenos Aires como Montevidéu juntos tornaram-se grandes consumidores de produtos coloniais oriundos do porto de Santos.¹⁴⁴

Essa presença nos mercados ao Sul foi bastante central para encontrar mercados para o porto que também exportava produtos mineiros, assim como o Rio de Janeiro. No caso de Santos eram de modo geral provenientes da comarca do Rio das Mortes, região que se localiza mais próxima da capitania de São Paulo. Apesar de o açúcar produzido em Minas ter sido pouco negociado fora da capitania, dentro dela o ele foi muitas vezes transformado em doces de frutas,

¹⁴¹ Beier, op. cit., 2022, p. 14

¹⁴² Machado, *O governo dos engenhos no Recôncavo da Guanabara*, 2020

¹⁴³ Ferlini, op. cit., p. 3

¹⁴⁴ Moura, op. cit., 2012, p. 80

principalmente de marmelo e esse sim se direcionava para fora da capitania. O porto santista era muitas vezes o caminho dessa produção. As marmeladas podiam partir dele e serem negociadas por cabotagem com outros portos da américa portuguesa, rio da Prata e ultramar como podemos ver nos Mapas de Importação e Exportação do porto de Santos. Os dados presentes nessa documentação estão demonstrados no mapa e gráfico abaixo



Figura 11: Mapa da exportação de marmeladas via Santos (1810-1821), fonte anexo 7

O mapa representa o volume exportado através da dimensão dos círculos vermelhos, em verde está o porto de Santos. Como pode ser observado no mapa as marmeladas foram distribuídas através dos diversos portos da costa atlântica da América do Sul, além da presença na ilha de Boa Vista na costa africana, parte do império português. Os principais compradores das Marmeladas nesse período foram Bahia, Pernambuco e Buenos Aires, regiões com ampla população urbana, provável consumidora das marmeladas. A Cidade do Rio de Janeiro provavelmente não se destacou como compradora por receber marmeladas diretamente da capitania mineira. A variação da quantia exportada através dos anos está presente no gráfico abaixo.

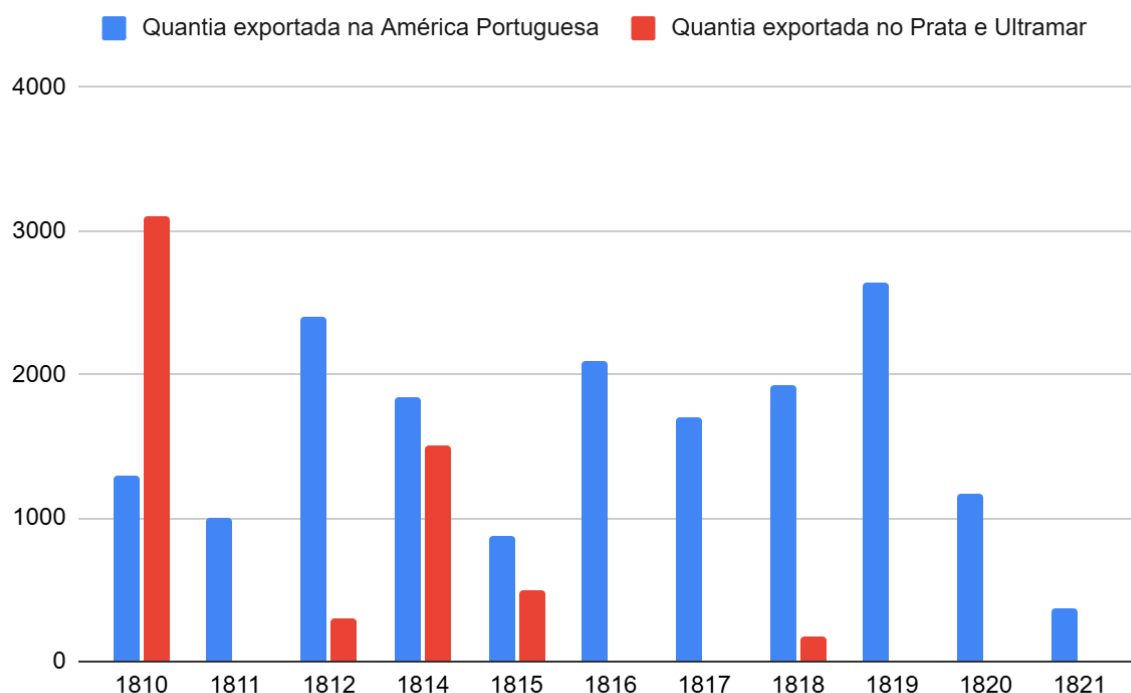


Figura 12: Gráfico da quantia de Marmeladas exportadas pelo porto de Santos, 1810-1821(exceto 1813) ¹⁴⁵

Como demonstrado no gráfico, a exportação para outros portos da América Portuguesa foi bastante frequente enquanto para as cidades platinas de Buenos Aires e Montevideu foram vendidos em alguns anos apenas. 1810 foi o único ano com uma exportação ultramar com 400 marmeladas sendo exportadas para a Ilha de Boa Vista no Cabo Verde e apesar do comércio frequente com Porto não houve registro de entrega de marmelada. O comércio dentro da própria capitania também foi comum, com marmeladas enviadas para Paranaguá e Iguape.

Essas marmeladas certamente eram vindas da capitania de Minas Gerais, pois é certo que o porto de Santos exportava gêneros dessa capitania. Panos de Algodão; Queijos de Minas, Fumo de Minas e Toucinho são indicativos de produtos mineiros em Santos. Além disso, o fato de a mercadoria ter alto valor agregado fazia com que o árduo transporte dos tropeiros compensasse, um pequeno caixote de marmelada era exportado por cerca de $\frac{1}{3}$ do valor de uma arroba de açúcar. Os viajantes do período também ressaltam a existência dessa indústria de doces em Minas Gerais, como já foi discutido no capítulo anterior. Saint-Hilaire relata sobre a Vila de São Bartolomeu que remete marmeladas ao Rio de Janeiro, enquanto Spix e Martius comentam sobre Mandu que às enviava para a capitania de São Paulo.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Mapas de Importação e Exportação do porto de Santos. Fundo Real Junta de Comércio, cx. 448, pct. 1, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1809-1821

¹⁴⁶ Auguste de Saint-Hilaire, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*, partie 2, tome 1, 1833, p. 179 e Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*, 2017 [1823], v. 1, p. 233-234

Conclusões Parciais

Na capitania de São Paulo, o incentivo da coroa levou a um desenvolvimento de uma cultura açucareira de exportação, nesse sentido se assemelhando às capitanias de Pernambuco e Bahia. Apesar de estar inicialmente voltada ao mercado interno advindo de uma tradição de comércio de suprimentos na América portuguesa, a capitania se tornou em poucas décadas voltada a uma produção de açúcar predominantemente exportadora. Foram mantidas, no entanto, algumas características que a assemelhavam à produção de mercado interno. Os engenhos paulistas não faziam apenas o açúcar, mas os outros derivados da cana, além disso estavam inseridos em fazendas com diversificadas mercadorias agropecuárias. Também houve a presença de pequenas propriedades produtoras com engenho e alambique próprio, essas que na cidade de São Paulo por exemplo estavam direcionadas ao comércio local. Os portos de São Paulo, principalmente Santos, tinham forte presença no circuito comercial de cabotagem e destaque no Rio da Prata após abertura comercial em 1808.

Dessa maneira, São Paulo após sua restauração estabeleceu uma estrutura de produção em grande escala de açúcar incluindo grandes engenhos de particulares e investimentos da coroa para criar uma estrutura que valorizasse suas intenções. Nesse sentido, a capitania deixa de ser economicamente baseada no comércio interno e subsistência, para uma economia de exportação.

Considerações Finais

Com essa discussão abordamos uma diversidade de formas de engenhos de cana-de-açúcar: desde pequenas unidades trabalhadas pela família do proprietário para o feitiço de rapaduras, médias unidades que funcionavam com poucos escravizados e produziam aguardente até as grandes propriedades com dezenas de negros que fabricavam centenas de arrobas de açúcar. Também abordamos formas de comercializá-los: as negras de tabuleiro e as vendas supriam os mercados locais e das vilas e lavras com doces e aguardente, os tropeiros levavam os produtos mais desejados em suas mulas por longas distâncias atravessavam fronteiras e passavam por seus registros, e os navios que possibilitavam o transporte de grandes cargas de açúcar e da marmelada para cidades distantes e outros países. Todos estavam envolvidos com o mercado interno e apesar dos grandes engenhos e os navios serem voltados ao mercado exportador, estavam presentes nesse circuito. Os grandes engenhos da capitania de São Paulo destinavam parte de sua produção para o comércio local em proporções que passavam de 1/5 e os navios também supriam com os derivados de cana-de-açúcar ou com doces feitos com ela as regiões próximas onde esses produtos não estavam disponíveis.

Em Minas Gerais, mesmo proibidos, os engenhos se faziam presentes em todas as comarcas. E apesar de serem poucos os casos de engenhos com produções de grande volume, o contrário era surpreendente. Pois se nas capitanias da Bahia e de Pernambuco ter um engenho era sinal de poder, na capitania da mineração houve agricultores familiares que dispuseram de tal estrutura, em uma montagem bastante simplificada. Possivelmente devido à essa característica que a rapadura, o melado, a aguardente e o açúcar se tornaram alimentos comuns na alimentação da região. A rapadura podia melhorar o sabor da água, o açúcar era utilizado para fazer doces para festividades locais e aguardente uma forma de descanso ou até medicamento. Foi possível nesse período ter o surgimento de regiões especializadas em transformar o açúcar em um produto de ainda maior valor agregado, os doces de fruta, dos quais destacou-se a marmelada.

Em São Paulo os engenhos foram centrais para uma reinvenção econômica na capitania. Seus proprietários inicialmente voltaram-se ao comércio do caminho velho com o intuito de comercializar aguardente com Minas Gerais. Posteriormente passaram a enviar o açúcar para além-mar com êxito econômico. Mas, apesar de ter sido com a exportação que os engenhos paulistas realmente conseguiram agregar capital, a capitania também passou a fazer o consumo

de seus produtos. Diferentemente, na cidade de São Paulo houve espaço para pequenos alambiques que dedicavam toda sua produção ao consumo local.

Os mapas puderam demonstrar como os engenhos estavam distribuídos por diferentes regiões nas duas capitânicas. Em Minas vemos que estavam tanto próximo de regiões de mineração, como em regiões onde a produção era voltada à agricultura de víveres. Em São Paulo se distribuíram na costa onde o açúcar podia ser facilmente transportado, no Vale do Paraíba onde se tinha conexão com Minas Gerais através do caminho velho e a região de Serra Acima podia comercializar tanto com o interior pelos caminhos que levavam as Minas de Goiás e Cuiabá, mas principalmente através da infraestrutura melhorada para o comércio a partir do porto de Santo.

Dessa forma, podemos concluir que a cana-de-açúcar possuiu espaço para se desenvolver através do mercado interno. Destino comercial que apesar de possuir menor capacidade de absorver mercadorias em grande volume apresenta a vantagem de necessitar de menores gastos com a logística dos produtos e em muitos casos envolver um menor número de intermediários.

Documentação:

Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa:

Acervo Avulsos: Cx. 8, Doc 782.

Acervo Minas Gerais: Cx. 1/Doc. 49; Cx. 27/Doc. 58; Cx. 28/Doc. 35; Cx. 31/Doc. 96; Cx. 99/Doc. 33; Cx. 49/Doc. 58; Cx. 52/Doc. 78; Cx. 62/Doc. 10; Cx. 65/Doc. 6; Doc. 9; Cx. 66/Doc. 45; Doc. 46; Doc. 64; Cx. 68/Doc. 41; Doc 72; Doc. 96; Cx. 69/Doc. 25; Cx. 70/Doc. 58; Doc. 61; Cx. 76/Doc. 16; Doc. 40; Cx. 78/Doc. 17; Cx. 79/Doc. 12; Doc. 33; Cx. 80/Doc. 3; Cx. 81/Doc. 87; Cx. 84/Doc. 1; Cx. 85/Doc. 51; Cx. 88/Doc. 15; Cx. 92/Doc. 51; Cx. 97/Doc. 21; Doc. 22; Cx. 101/Doc. 43; Doc. 76; Cx. 111/Doc. 1; Cx. 115/Doc. 64; Cx. 116/Doc. 34; Cx. 117/Doc. 61; Cx. 118/Doc. 11; Cx. 123/Doc. 87; Cx. 126/Doc. 27; Cx. 128/Doc. 17; Cx. 150/Doc. 12; Cx. 159/Doc. 16.

Acervo São Paulo - Alfredo Mendes Gouvea: Cx. 2/ Doc. 117. Cx. 23/ Doc. 2169; Cx. 53/ Doc 4112.

Acervo São Paulo – Avulsos: Cx. 7/Doc. 397.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro:

Mapas de Importação e Exportação do porto de Santos. Fundo Real Junta de Comércio, cx. 448, pct. 1, , 1809-1821

Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte:

Acervo Casa dos Contos:

Cx. 10/Doc. 10203; Cx. 12/Doc. 10247; Cx. 20/Doc. 10416; Cx. 21/Doc. 10427; Cx. 21/Doc. 10430; Cx. 22/Doc. 10451; Cx. 22/Doc. 10459; Cx. 24/Doc. 10483; Cx. 44/Doc. 30239; Cx.47/30286; Cx. 48/Doc. 30319; Cx. 48/Doc. 30320; Cx. 51/Doc. 30374; Cx. 51/Doc. 30375; Cx. 51/Doc. 30376; Cx. 52/Doc. 30400; Cx. 54/Doc. 30421; Cx. 54/Doc. 30438; Cx. 76/Doc. 20059; Cx.77/20061; Cx. 93/Doc. 20337; Cx.93/20340; Cx. 93/Doc. 20342; Cx. 94/Doc. 20352; Cx. 97/Doc. 20419; Cx. 98/Doc. 20440; Cx. 100/Doc. 20463; Cx. 106/Doc. 20574; Cx. 109/Doc. 20635; Cx. 109/Doc. 20636; Cx. 109/Doc. 20637; Cx. 109/Doc. 20638; Cx. 110/Doc. 20656; Cx. 110/Doc. 20658; Cx. 111/Doc. 20664; Cx. 120/Doc. 20846; Cx. 121/Doc. 20867; Cx. 122/Doc. 20886; Cx. 128/Doc. 21009; Cx. 130/Doc. 21053; Cx. 130/Doc. 21058; Cx. 131/Doc. 21061

Acervo Casa dos Contos, Subsídio Literário:

Doc. 1265; Doc. 1268; Doc. 1294; Doc. 1310; Doc. 1328; Doc. 1339; Doc. 1341; Doc. 1342; Doc. 1359; Doc. 1370; Doc. 1378; Doc. 1393; Doc. 1421; Doc. 1453; Doc. 1466; Doc. 2138; Doc. 2160.

Secretaria de Governo da Capitania:

Cx.67/Doc.22; Cx.96/Doc.80; Cx.112/Doc.35

Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo:

Maços de população:

Taubaté 1807; Taubaté 1808; Taubaté 1809; Taubaté 1810; Guaratinguetá 1809; Campinas 1808; Campinas 1809; Campinas 1810; Campinas 1811; Campinas 1812; Campinas 1813; Campinas 1815; Campinas 1816; São Paulo 1811.

Mapas:

Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Gerais. s. a. –Escala: [Ca. 1: 1610 000], 30 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 11,5 cm. –s.d. – 1 mpa: ms., color.; BN – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ

ROCHA, José Joaquim da [ca. 1740-1808]. Mappa da Capitania de Minas Geraes: que mandou fazer o Ilmo. e Exmo. Senhor D. Anto. de Noronha, Governador e Capitão Genal. da mesma Capitania / Jozé Joaqm. da Rocha o fez. – Escala [ca. 1: 1 600 000]. – 1777. – 1 mapa ms., color. à mão, nanquim, aquarela; 89,2 x 74,7 cm em folha 94,7 x 80 cm. – (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, BN-RJ).

Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes: Anno de 1804. Caetano Luís de Miranda. – Escala: [ca. 1: 1 650 000], 20 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 7,5 cm. – 1804. – 1 mpa: ms, color.; 75,0 x 68.2 cm. (AHEx–Arquivo Histórico do Exército, RJ/RJ).

Obras históricas:

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. Texto original de 1711; introdução por Afonso d' Escragnolle Taunay; vocabulário por A.P. Canabrava.

LUCCOCK, John. **Notes on Rio de Janeiro**, and the southern parts of Brazil; Taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818. Londres: Printed for Samuel Leigh, in the strand, 1820.

MAWE, John. **Travels in the interior of Brazil**, particularly in the gold and diamond districts of that country, by the authority of the prince regent of Portugal. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1812. Incluindo “A voyage to Rio de la Plata, and a historical sketch of the revolution of Buenos Aires”. Ilustrado com gravuras. 366 p.

SAINT-HILAIRE, Aguste de. **Voyages dans l'intérieur du Brésil**. Paris: Grimbart et Dorez, 1830-1851. Disponível em: <http://ark.bnf.fr/ark:/12148/cb31281652n>

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil** (1817-1820). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. Volume 1, 345 p. Publicação baseada na edição de 1938, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer, com revisão de B.F. Ramiz Galvão e Basilio de Magalhães. Notas de Basilio de Magalhães. Título original: Reise in Brasilien.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil** (1817-1820). Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. Volume 2, 426 p.. Publicação baseada na edição de 1938, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer, com revisão de B.F. Ramiz Galvão e Basilio de Magalhães. Notas de Basilio de Magalhães. Título original: Reise in Brasilien.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- BEIER, José Rogério. Do sertão para o mar: o papel do Rio de Janeiro na “Atlantização” da economia paulista nos tempos da independência. **Revista Projeto História**: São Paulo, v. 74, pp. 7-41, Mai.-Ago., 2022.
- BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP:Fapesp, 2002. 396p.
- BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. Um panorama da arrematação das lavras de ouro nas Minas do Serro do Frio, Minas Gerais, Brasil, 1702-1714. **Faces da História**. Assis, v. 9, n. 2, jul./dez., 2022
- BROWN, Larissa Virginia. **Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822**. University of Virginia, PH.D., 1986.
- CARRARA, Angelo Alves. **Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024
- CARVALHO, Paulo Fernando Braga. Classificação de dados geográficos e representação cartográfica: discussões metodológicas. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 91–111, 2018. doi: 10.35699/2237-549X.2018.19217. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/19217>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças, **Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas**. São Paulo: Annablume Editora, 1999.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Fazendas e engenhos do litoral vicentino: traços de uma economia esquecida (séculos XVI- XVIII)**. Revista História (São Paulo):São Paulo, v. 39, 2020
- FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória, cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. 1ª edição 1993.
- FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e Vilas d’El Rei: Espaço e poder nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura, Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p. 1ª edição, 1959.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio, a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

- FURTADO, Júnia Ferreira. **O distrito diamantino**. Verbete. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/distritodiamantino.pdf> acesso em 07/01/2025
- GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho**: Crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.
- GIL, Tiago Luís. O império marítimo baiano: uma cartografia da produção na obra de Gabriel Soares de Souza (1587), p. 200-222. In: VALENCIA VILLA, Carlos; GIL, Tiago Luís. **O retorno dos mapas**: sistemas de informação geográfica em história. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. 516 p.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **O Primado do Mercado Interno**: A proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais no último século de hegemonia das atividades agroaçucazeiras tradicionais no Brasil. Revista Estudos Econômicos. São Paulo, v. 38, n. 4, out-dez, pp. 815-848, 2008.
- GODOY, Marcelo Magalhães. O doce e o azedo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano 47, vol. 1, jan.-dez. pp. 116-133, 2012.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio**: um estudo das atividades agroaçucazeiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da província de minas gerais. Face - UFMG: Belo Horizonte, 2019. Vol. 1
- GUIMARÃES, C. M. ; REIS, L. M. . Agricultura e Escravidão em Minas Gerais. **Revista do Departamento de História da Fafich Ufm**, Belo Horizonte, v. 2, p. 32-41, 1986.
- GUIMARÃES, C. M. ; REIS, L. M. . Agricultura e caminhos de Minas. **Revista do Departamento de História da Fafich Ufm**, Belo Horizonte, v. 4, p. 85-99, 1987
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Primeira edição 1957.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. Biblioteca Carioca: Rio de Janeiro, 1992. 1ª edição 1979
- MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. **O governo dos engenhos no Recôncavo da Guanabara** (Século XVIII). 2020. 300 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.
- MARCILIO, Maria Luiza. População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança. A Província de São Paulo, no final da época colonial. **Revista de História, USP**: São Paulo, v. 114, jan.-jun., p. 21-30, 1983.
- MATTOS, Renato de. A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império português (1788/1808). **Anais da ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.
- MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa**, Inconfidência Mineira: Brasil Portugal, 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 2001. Título original: Conflicts and Conspiracies Brazil & Portugal (1750-1808). Tradução de: João Maia. 1ª edição: 1973
- MONT SERRATH, Pablo Oller. **Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada**: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802). 2007. Dissertação (Mestrado

- em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MORAIS, Carlos Fraterno Afonso de. **O mapa dos engenhos**: um estudo histórico geográfico dos engenhos do recôncavo baiano no século XVIII. 2022. 30 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.
- MOURA, Denise Aparecida Soares de. De uma freguesia Serra Acima à Costa Atlântica: produção e comércio de aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822). **Revista Topoi**: Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan.-jun., 2012. pp. 73-93.
- MOURA, Denise Aparecida Soares de. Entre o atlântico e a costa: confluência de rotas mercantis num porto periférico da América portuguesa (Santos, 1808–1822). **Revista Tempo**: Niterói, vol. 19, n. 34, jan.-jun., 2013. pp. 95-116
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A Lavoura canavieira em São Paulo**: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 1ª edição, 1945.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 1ª edição, 1942
- RESENDE, Edna Maria. Os senhores do caminho novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII. **Revista Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, Ano II, n. 2, p. 121-143. 2009
- SANTOS, Márcia Maria Duarte. Espaço e Representação nas Minas Setecentistas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLVI, n.2, p.44-59, jul.-dez. 2010.
- SANTOS, Márcia Maria Duarte; CINTRA, Jorge Pimentel; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa. A Carta Geographica e o Mappa Topografico e Hidrografico da Capitania de Minas Geraes: a segunda representação, base cartográfica para a primeira? **Revista Caletrosópio**, Ouro Preto, ano 1, n. 1, p. 9-27, jul./dez. 2012.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 480 p. Título Original: Sugar plantation in the formation of Brazilian society Bahia, 1550-1835. Tradução de: Laura Teixeira Motta.
- SILVA, Valquiria Ferreira da. **De cabeça de porco à bebida de negro**: um estudo sobre a produção e o consumo da aguardente nas Minas Gerais no século XVIII. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e Poder**: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2008. 293 p.
- ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1951

Anexo 1: Tabelas de produção do subsídio literário

Tabela 1: Produção relatada ao subsídio literário, freguesia de Vila Rica (1774-1788)

Vila	Ano Prod. Max.	Prod. Max.	Max. Eng. ativos
Ouro Branco	1786	95	3
Itatiaia	1788	120	1
Congonhas	1776	176	1
Itabira do Campo	1779	319	3
Cachoeira do Campo	1775	48	2

Tabela 2: Produção relatada ao subsídio literário, freguesias de Sabará e Curral del Rey (1778-1818)

Vila	Ano Prod. Max.	Prod. Max.	Max. Eng. ativos
Sabará	1778	476	22
Roça Grande	1778	462	17
Santo Antonio do Rio Acima	1778	5	2
Congonhas de Sabará	1778	123	1
Curral del Rey	1778	494	8
Taquaraçu de Baixo	1811	115	3
Taquaraçu de Cima	1813	8	1
Santa Luzia	1818	123	5
Paraopeba de São José	1797	72	1
Capim Branco	1811	13	2

Tabela 3: Produção relatada ao subsídio literário, freguesia de Mariana (1774-1779)

Vila	Ano Prod. Max.	Prod. Max.	Max. Eng. ativos
Mariana	1779	60	2
Forquim	1774	3031	16
Camargos e Bento Rodrigues	1774	1161	6
Catas Altas	1774	790	8
Inficionado	1774	1349	7
Guarapiranga	1774	748	9

Antonio Pereira	1774	0	1
São Sebastião	1774	40	1
São Caetano	1774	1354	7
Sumidouro	1774	1785	11
São José da Barra Longa	1774	3165	8

Tabela 4: Produção relatada ao subsídio literário, freguesia de Caeté (1793-1814)

Vila	Ano Prod. Max.	Prod. Max.	Max. Eng. ativos
Caeté	1814	80	1
Santa Bárbara	1793	846	12
São João	1793	2411	10
São Miguel de Piracicaba	1793	1242	9

Tabela 5: Produção relatada ao subsídio literário, freguesia de Pitangui (1809-1812)

Vila	Ano Prod. Max.	Prod. Max.	Max. Eng. ativos
Pitangui	1811	270	8
Pará	1811	112	3
Pompeu	1813	75	1
Jaguara	1817	294	1
Conquista	1813	25	1

Anexo 2 - transcrição da carta

“Recebo a carta de vossa senhoria, com todo respeito, a qual respondo que as vendas e tabernas nesta lavra de Santa Luzia são prejudicialíssimas junto ao soberano, como ao público e particulares pelas continuadas desordens e prejuízos que delas se originam, que para vós de os evitar, mesmo precisando pô-los a presença do Excelentíssimo Senhor Bernardo José Lorena no requerimento que remeto à Vossa Senhoria para neste melhor ver os motivos que me obrigaram a fazê-lo e a providência que o mesmo Excelentíssimo Senhor foi servido sem pelo seu venerado despacho, o qual se observou só enquanto caí existiu o dito Excelentíssimo Senhor e logo que se foi embora. Entraram-les e levantaram novas vendas e, com elas, os prejuízos e desordens costumadas e ainda outras maiores e piores, pois, no dia 13 de outubro do ano passado, em uma venda, estando bêbados, deu um negro em outro, que trago no meu serviço alugado ao senhor Tomás João, nove lagaiadas, e caindo toda a noite, esvaído em sangue, quase morreu e mais de quatro meses não trabalhou. Estes outros acontecimentos me obrigaram, após a respeitável presença do Excelentíssimo senhor Pedro Maria, o mesmo requerente que tinha feito ao Excelentíssimo senhor Bernardo José, para que fosse servido, [mandou] que se observasse o seu despacho, o que assim foi servido mandar. Como tão bem verá, vossa senhoria, que o remeto.

Só por três meses gozamos a tranquilidade e sossego dos nossos escravos. Tempo este em que não houveram vendas nesta lavra, porque, parecendo alguns indivíduos que as determinações dos Excelentíssimos senhores [Gonçalves] não devam ser observadas sempre, já entrando e levantando em desprezo as mesmas determinações, novas vendas, como é dum Joaquim Xavier, meu sobrinho, [trecho ilegível] daquela lavra, e que ninguém [trecho ilegível] tenha duas vendas logo que este, ao abrir no mesmo dia, ocorreram desordens. Isso é o que posso informar. Lavra de Santa Luzia, 14 de fevereiro de 1806.”

Anexo 3 - Transcrição do documento - CC - CX. 77 - 20061

“Listas do que vendeu aguardente da terra aos frascos, e pagou o real subsídio ao tesouro desta freguesia”

	Jan	Fev	Mar
Francisco Xavier Ferreira	6	6	6
Antonio Alves da Silva			6

Verso: “São João 1772, Baependi - Janeiro, Fevereiro, Março: 4-225-900- $\frac{3}{4}$

“Listas do que vendeu aguardente da terra aos frascos, e pagou o real subsídio ao tesouro desta freguesia de Baependi, 1772”

	maio	junho	julho	
Antonio Alves da Silva	6	6	6	-/22

“certifico que nos distritos de meu comando não há mais vendeiros como se vê acima para vender aguardente da terra aos [...] e para [a leveza] fica [e ta registrada] no Livro [af8] e para verdade [para] a presente de minha letra e sinal, Baependi, 20 de junho de 1772.”

verso: São João 1772, abril a junho, Baependi, 3-225-675-[-/22]

“Lista das pessoas que tem pago o real subsídio nesse distrito da Lagoa de [Juçuoca] nesses últimos tres meses do presente ano de 1772”

		out	nov	dez		
1	Anastácio Ribeiro Neve	$\frac{1}{4}$ 4	$\frac{1}{4}$ 4	$\frac{1}{4}$ 4	$\frac{1}{8}$	4
2	Salvador José da Silva	$\frac{1}{4}$ 4	$\frac{1}{4}$ 4	$\frac{1}{4}$ 4	$\frac{1}{8}$	4
3	Louriano José de Almeida	$\frac{1}{4}$ 4	$\frac{1}{4}$ 4	$\frac{1}{4}$ 4	$\frac{1}{8}$	4
4	Manoel Ferreira [Cena]	6	6	6	$\frac{1}{2}$	2
5	Luis Pinto de Carvalho	6	6	6	$\frac{1}{2}$	2
6	Jozefa escrava do T. quitandeiro	6	6	6	$\frac{1}{2}$	2
7	Brizida Maria da Conceição	6	6	6	$\frac{1}{2}$	2
8	Anastácia Vieira de Sampaio	6	6	6	$\frac{1}{2}$	2
9	Francisca Xavier forra	6	6	6	$\frac{1}{2}$	2
10	Maria Magdalena	6	6	6	$\frac{1}{2}$	2

11	Caterina escrava de Eduardo Peres	6	6	6	½	2
12	Reza Maria da conceição	6	6	6	½	2
13	Quitéria Alves	6	6	6	½	2
14	Pedro de Souza Rego	6	6	6	½	2
15	Francisco Garcia Soares	6	6	6	½	2
16	Ignacio Correia da Silveira	6	6	6	½	2
17	José Ribeiro [Azando]	6	6	6	½	2
18	Josefa Preta Forra	6	6	6	½	2
19	Quitéria d'assunção	6	6	6	½	2
20	Quiteria escrava de Miguel Ferreira	6	6	6	½	2
21	Francisca escrava de Manuel Dutra	6	6	6	½	2
22	Maria escrava de Mateus Furtado	6	6	6	½	2
23	Hilario escravo de Antonio Forquim	6	6	6	½	2
24	Joaquim escravo de José Francisco	6	6	6	½	2

“Soma tudo 15/8 “ 6”

“A quantia de quinze oitavas e seis vintens que fica lançada no meu livro de registro a folhas vinte e vinte uma na conformidade das ordens do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde General de Lagoa de Juruoca 13 de dezembro de 1772”

Anexo 4:

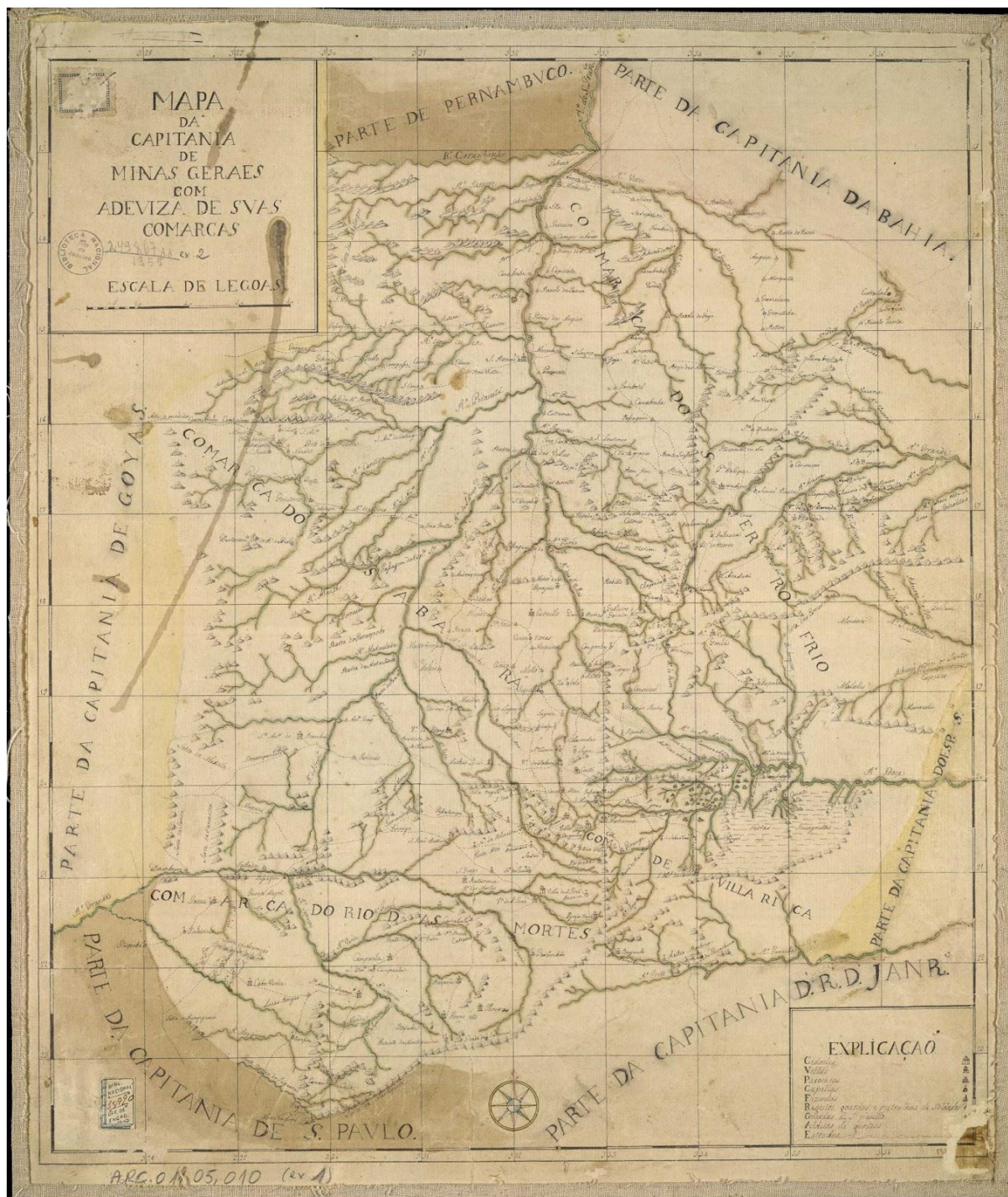


Figura 13: José Joaquim da Rocha. Mapa da Capitania de Minas Geraes

Anexo 6: Mapa das vilas paulistas produtoras de açúcar por região



Figura 15: Mapa das vilas paulistas produtoras de açúcar por região.

Anexo 7: tabela da exportação de marmela por Santos

Ano	Quantia Am. Pt.	Quantia Exp.	Valor	Locais	Total	Valor total
1810	1292	3100	320	Cananeia, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Boa Vista, Montevideo	4392	1405440
1811	1000	0	320	Bahia	1000	320000
1812	2398	300	240	Bahia, Pernambuco, Montevideo	2698	647520
1814	1843	1500	300	Rio de Janeiro, Pernambuco, Montevideo	3343	1002900
1815	881	500	320	Pernambuco, Laguna, Rio Grande, Buenos Aires	1381	441920
1816	2100	0	320	Bahia, Pernambuco, Rio de São Francisco, Santa Catarina, Rio Grande	2100	672000
1817	1700	0	320	Bahia, Rio Grande	1700	544000
1818	1924	180	300	Pernambuco, Bahia, Paranaguá, Buenos Aires	2104	631200
1819	2646	0	280	Bahia, Iguape, Paranaguá, Rio de São Francisco	2646	740880
1820	1175	0	300	Iguape, Paranaguá, Santa Catarina	1175	352500
1821	368	0	300	Pernambuco, Bahia, Paranaguá	368	110400